

# Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os recordes da arrecadação federal em março (3)..... 4

ESTADO DE MINAS - MG - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A economia ainda não está de pé - BRA\$IL EM FOCO.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Economista vê novos atritos com Orçamento.....7

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF retoma nesta quinta julgamento do caso Lula; entenda o que os ministros vão debater....8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Serviços públicos podem ser afetados.....11

AGORA - SP - GRANA  
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera R\$ 1,4 bilhão para pagamento de atrasados do INSS.....12

AGORA - SP - GRANA  
SEGURIDADE SOCIAL

Antecipação do 13º pode ficar para maio, dizem especialistas..... 13

CORREIO DO POVO - RS - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Sancionada a alteração na Lei de Diretrizes 2021.....14

CORREIO DO POVO - RS - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Combate à pandemia fora do teto..... 15

DEZ MINUTOS - AM - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

MPF denuncia Mouhamad Moustafa por sonegar mais de R\$ 10 milhões.....16

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Tira dúvidas do IR 2021: inventário, duas aposentadorias, CPF irregular..... 17

EXTRA - RJ - GANHE MAIS  
SERVIDOR PÚBLICO

Reintegração de servidores custará R\$ 560 mi.....18

A TRIBUNA - ES - TRIBUNA LIVRE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributo apropriado para o livro (2)..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MEC deixa alunos de fora do Fundeb, e prefeituras apontam nova falha da pasta.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A reforma da tarifa externa comum - OPINIÃO JURÍDICA.....22

Quinta-Feira, 22 de Abril de 2021

ALÔ BRASÍLIA - DF - DISTRITO FEDERAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo do DF inicia envio dos carnes do IPTU ..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mudança na LDO permite lançar BEm ..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Os testes das mentiras de Bolsonaro (2) ..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Demora para aprovar Orçamento é a maior desde Lula, em 2006 ..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

'Os rompedores do teto de gastos estão ganhando a guerra no Brasil' ..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Corte de salários deve atingir 5 milhões ..... 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Orçamento: acordo não evita shutdown, diz economista ..... 32

O GLOBO - RJ - MUNDO  
ECONOMIA

Especialistas contradizem Salles sobre desmatamento ..... 33

O GLOBO - RJ - MUNDO  
ECONOMIA

Diálogo falha em aproximar Biden e Bolsonaro ..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA  
ECONOMIA

Retomada mais lenta e incerta ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Seguros e omissões no PLDO do ano eleitoral - FABIO GRANER ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Teto é positivo para qualquer nível de dívida, diz Pêrsio Arida ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Para Ibre/FGV, país atravessa período de estagnação ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Efeito estatístico vai provocar ilusão de crescimento em março e abril ..... 44

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
ECONOMIA

Gasto com emendas deve chegar a R\$ 37 bi ..... 45

ALÔ BRASÍLIA - DF - NACIONAL  
ECONOMIA

Congresso começa a analisar projeto da LDO para 2022 ..... 46

---

Quinta-Feira, 22 de Abril de 2021

EXTRA - RJ - GANHE MAIS  
ECONOMIA

Orçamento destravado ..... 47

O ESTADO - CE - OPINIÃO  
ECONOMIA

O desemprego como radiografia da sociedade (3) ..... 48

O TEMPO - MG - OPINIÃO  
ECONOMIA

Lei pode eliminar distorções dos preços de aluguéis (2) ..... 49

# Os recordes da arrecadação federal em março (3)

A presença, pelo segundo mês consecutivo, do ministro da Economia, Paulo Guedes, no anúncio da arrecadação tributária da União, ato normalmente cumprido por técnicos da **Receita Federal**, mostra a importância dada pelo governo aos resultados. São, de fato, números exuberantes.

Em março, a arrecadação federal alcançou R\$ 137,9 bilhões, com aumento real de 18,49% sobre março do ano passado. Também o resultado acumulado nos três primeiros meses do ano foi expressivo, tendo alcançado R\$ 445,9 bilhões, com aumento real de 5,64% sobre o resultado do primeiro trimestre de 2021, período ainda não afetado pela pandemia. Os dois números são os maiores para o período desde 1995, quando a Receita adotou os critérios hoje utilizados na aferição da arrecadação.

"Superamos as melhores expectativas de arrecadação de **impostos** em março", comemorou Guedes, que destacou os recordes no mês e no trimestre, com aumentos reais expressivos.

"Isso mostra que realmente o Brasil se levantou", completou o ministro.

"Foi derrubado pela pandemia, mas se levantou em V (queda acentuada seguida de recuperação igualmente acentuada)." Segundo a Receita, parte do resultado de março é explicada por fatores não recorrentes, isto é, que não se repetirão nos próximos resultados mensais.

Entre esses fatores são apontados os recolhimentos extraordinários de R\$ 10,5 bilhões do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no primeiro trimestre, ante R\$ 2,8 bilhões um ano antes.

Analistas do mercado financeiro apontam também a desvalorização cambial observada até agora, que encareceu o valor dos produtos importados e, assim, fez crescer o valor do tributo sobre eles. Também a valorização, no mercado internacional, de bens importados teve esse efeito.

O ministro da Economia apontou as vendas do comércio e a recuperação do setor de serviços, atingindo ou superando o nível de antes da pandemia, como sinais de que a economia se recupera bem.

A arrecadação de março reflete a atividade econômica em fevereiro.

Técnicos da Receita avaliam que a de abril também está tendo bom desempenho.

Mas o cenário neste mês ficou mais incerto, com medidas mais fortes para conter a pandemia, o que pode afetar resultados futuros.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A economia ainda não está de pé - BRAS\$IL EM FOCO

## MARCÍLIO DE MORAIS

Olhando pelo retrovisor, os últimos números mostram que a atividade econômica começou o ano se recuperando, embora ainda não esteja totalmente de pé como fez sugerir o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao afirmar que "o Brasil foi derrubado pela pandemia e se levantou". A economia brasileira mostra resiliência diante os efeitos das ações de combate à pandemia de CO-VID-19, mas depois do tombo levado no ano passado, pode ser que ainda esteja iniciando o processo de ficar em pé, o que só deve ocorrer efetivamente a partir do segundo semestre, com a aceleração da campanha de vacinação contra o Sars-CoV-2. Por ora, a economia segue em recuperação lenta e a segunda onda do coronavírus ainda mantém o clima de incerteza.

Os indicativos de que a economia cresceu entre 1,4% e 1,7% em fevereiro na comparação com janeiro e o fato de a arrecadação de **impostos** ter registrado recorde em março, com R\$ 137,9 bilhões, sugerem uma reação geral da economia, o que não ocorre neste momento. Destrinchando os dados, o avanço do IBC-Br, uma espécie de prévia do **PIB** calculado pelo Banco Central, mostra reação continuada em que não em V, como aposta o ministro da Economia. A depender do impacto das medidas de restrição das atividades econômicas mais severas em março, especialistas acreditam que elas podem ser um freio para a retomada.

Ao analisar o desempenho econômico de fevereiro - o Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou crescimento de 1,4% -, o economista Cláudio Considera diz que "embora expressiva, essa taxa não é motivo de euforia, já que são taxas comparadas a meses sob forte impacto da recessão da pandemia". Coordenador do índice na FGV, ele lembra que a expansão de 1,6% em relação a fevereiro de 2020 ocorreu frente a um mês que cresceu apenas 0,3% sobre janeiro e estagnou na comparação com 2019. O avanço de 1,7% do IBC-Br no segundo mês do ano é o maior desde setembro de 2020 e indica o ritmo da economia um pouco acima do nível pré-pandemia. Em 12 meses, no entanto, a prévia do **PIB** mostra queda de 4,02%.

Já sobre os números da **Receita Federal** relativos à arrecadação em março, que levaram Guedes a

comemorar, é preciso observar que apesar da alta de 18,49% sobre o mesmo mês de 2020, eles foram obtidos com "recolhimentos atípicos" da ordem de R\$ 4 bilhões em Imposto de Renda Pessoa Jurídica e na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Além disso, os números do fisco refletem fatos geradores em fevereiro, sem mostrar o impacto da segunda onda de COVID-19, que ganhou força em março.

Os números do fisco no mês passado foram impactados também pelo aumento na receita do Imposto de Importação, que somou R\$ 9,099 bilhões. Esse crescimento das importações em fevereiro, mesmo com o dólar acima de R\$ 5,50, é confirmado pelo Monitor do **PIB** da FGV. No trimestre móvel encerrado em fevereiro, as importações tiveram aumento de 6,9%, enquanto as exportações recuaram 3,1%. Junto com as exportações, pesa contra uma reação mais forte da economia o fato de o consumo das famílias - uma das alavancas do crescimento mais expressivo do **PIB** brasileiro em anos recentes - registrar queda de 3% no trimestre móvel de dezembro, janeiro e fevereiro.

## **PIB** ESTIMADO

R\$ 1,367 TRILHÃO

É a estimativa do **PIB** do primeiro trimestre em valores correntes, nas contas da Fundação Getúlio Vargas

## EM CASA

Com as pessoas passando mais tempo em casa, o Triider, plataforma de pequenas reformas e manutenções, planeja fechar este ano com faturamento de R\$ 12 milhões. Apenas em março, a startup, que há um ano foi adquirida pela Juntos Somos Mais -joint-venture da Votorantim Cimentos, Gerdau e Tigre -registrou crescimento de 157% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

## TECNOLOGIA

O home office e o maior uso de tecnologias de conexão remota levaram o mercado de serviços de tecnologia da informação (TI) a registrar crescimento de 3,5% no ano passado em relação a 2019, ultrapassando os R\$42 bilhões, segundo o estudo IDC Brazil Semiannual Services Tracker 2020, feito pelo

IDC Brasil. Para este ano, o IDC projeta crescimento acima de 5% para o mercado de serviços de TI.

**Site:** <http://digital.em.com.br/>

# Economista vê novos atritos com Orçamento

**Adriana Fernandes / BRASÍLIA**

Mesmo após o acordo entre a equipe econômica e o Congresso, a execução do Orçamento deverá ser bastante turbulenta ao longo do ano, diz o pesquisador do Insper Marcos Mendes, um dos "pais" do teto de gastos - a regra constitucional que limita o crescimento das despesas à **inflação**. Para ele, o Congresso ganhou não só espaço, mas comando político do Orçamento.

O economista afirma que um dos riscos é o governo perder a mão no corte das despesas discricionárias (custeio e investimentos) para garantir as emendas dos parlamentares e, assim, acabar afetando o funcionamento regular da máquina administrativa e a prestação de serviços públicos. Mendes destaca que a decisão política no acordo foi de não vetar integralmente o excesso de emendas parlamentares, o que acabou priorizando gastos paroquiais que estão "longe" de serem importantes neste momento de crise sanitária e fiscal.

Especialista em contas públicas, que acompanhou nas últimas duas décadas as principais negociações políticas na área econômica no Congresso, Mendes chama a atenção para a derrubada pela Câmara, na segunda-feira, de um veto do ex-presidente Lula de 11 anos atrás, que deve gerar uma despesa de R\$ 2,7 bilhões em 2021 ao permitir uma reestruturação de carreiras na **Receita Federal**. Foram 380 votos pela derrubada e 37 pela manutenção. O dispositivo transforma os cargos oriundos da Secretaria da Receita Previdenciária, de nível médio, em cargos de analista tributário da **Receita Federal do Brasil**.

"Se o governo não é capaz de segurar o veto de tantos anos atrás, de uma medida que não tem o menor sentido, ou está muito descoordenado ou muito fraco", diz. A derrubada do veto ocorreu no mesmo dia do anúncio do acordo do Orçamento e aprovação de projeto que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 para aumentar recursos para a renovação dos programas de combate à covid-19 fora da contabilidade das principais regras fiscais.

"Bombas" fiscais. Mendes elencou mais duas "bombas" para as contas públicas: as Medidas Provisórias 1016 e 1017, que estão na pauta de votação e permitem a renegociação de dívidas com fundos constitucionais (FNO, FNE e FCO) e com os fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor).

O impacto da aprovação é superior a R\$ 43 bilhões, afirma.

Pelos cálculos de Mendes, o Orçamento foi aprovado com um buraco de cerca de R\$ 40 bilhões. A ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, antecipou já corte de R\$ 10,5 bilhões das emendas para o acordo.

"Ainda faltam R\$ 30 bilhões.

Se não resolverem por meio de outros vetos e deixar o Orçamento andar, vão ter de fazer um contingenciamento e contar com o empoçamento de recursos", prevê o economista. O empoçamento acontece quando os ministérios não conseguem gastar toda verba que foi liberada para eles.

Mendes avalia que o governo deve usar a "sobra" de recursos do Bolsa Família neste ano para o ajuste do Orçamento. Essa economia será obtida com a transferência temporária de beneficiários do programa Bolsa Família para o auxílio emergencial.

Rombo fiscal

R\$ 40 bi é a estimativa de déficit para o Orçamento deste ano nas contas do economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper, que critica a inclusão de emendas parlamentares no texto que não seriam prioridade neste momento.

Bolsonaro sanciona lei que destrava impasse com texto

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a lei que vai destravar o lançamento de programas emergenciais de combate à covid-19 e tirar os gastos nessas ações da contabilidade da meta fiscal de 2021, que permite rombo de até R\$ 247,1 bilhões.

O projeto fez parte das negociações para resolver o impasse do Orçamento deste ano. O ato foi publicado em edição extra do "Diário Oficial" da União, apenas dois dias após a aprovação do projeto pelo Congresso Nacional.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# STF retoma nesta quinta julgamento do caso Lula; entenda o que os ministros vão debater

*André de Souza e Filipe Vidon*

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva 16/04/2020  
Foto: Roberto Stuckert Filho / Divulgação

BRASÍLIA E RIO - O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta quinta-feira o julgamento dos recursos na decisão que anulou as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os ministros ainda precisam definir dois pontos. Primeiramente, para onde irão os processos que estavam em Curitiba: se para a Justiça Federal de Brasília ou de São Paulo. Em segundo lugar, se é válido o julgamento da Segunda Turma da Corte que considerou o ex-juiz Sergio Moro parcial na ação penal do triplex do Guarujá (SP).

A expectativa é o placar seja mais apertado que o da semana passada, quando, por oito votos a três, o STF manteve a anulação das decisões tomadas por Moro e outros magistrados da Justiça Federal de Curitiba. A maioria dos entendeu que as ações penais não têm relação com os desvios da Petrobras, foco da operação e, portanto, não poderiam ter sido julgados por Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba.

A primeira decisão tomada de forma monocrática por Fachin estabeleceu a perda de objeto de outros processos apresentados pela defesa de Lula, como a suspeição de Sergio Moro. Apesar disso, contrariando Fachin, a Segunda Turma do STF continuou o julgamento desse caso e declarou o ex-juiz parcial.

Com a retomada das discussões em plenário, os ministros do STF não vão avaliar novamente o mérito da questão. Ou seja, se Moro agiu ou não com outros interesses ao condenar Lula nos casos do triplex do Guarujá (SP) e do sítio em Atibaia (SP). A deliberação vai focar na decisão da Segunda Turma de dar continuidade ao julgamento da suspeição, mesmo com Fachin tendo declarado a "perda de objeto".

Caso o plenário decida referendar a sentença de Fachin, que determinava que o processo não deveria ser mais analisado, a sentença que considerou Moro suspeito seria anulada. Entretanto, segundo a colunista Bela Megale, a expectativa nos bastidores é de que a parcialidade de Moro seja mantida, e que a maioria dos ministros apoie a resolução adotada pela Segunda Turma sobre a decisão de Fachin.

De acordo com a colunista, a defesa do ex-presidente se movimentou às vésperas do julgamento para defender que Sergio Moro foi parcial nas condenações de Lula. Um memorial foi preparado pelos advogados do petista e enviado aos 11 ministros, destacando o voto da ministra Carmén Lúcia na primeira etapa do julgamento. "Na decisão que é agravada se tem uma parte que já foi objeto de julgamento pela Turma e aí essa realmente não pode voltar a ser objeto deste Plenário. O Plenário é o Supremo inteiro, mas não é revisor de Turma e, portanto, não pode voltar a julgar", afirmou a ministra.

Destino do caso Lula

Outro ponto a ser analisado pela Suprema Corte é para que Vara Federal os processos de Lula serão enviados. A deliberação de Fachin que anulou as decisões tomadas em Curitiba determinava que os processos fossem retomados em Brasília, mas em plenário não houve consenso entre os ministros sobre o destino dos processos.

Na quinta-feira passada, quando foi concluída a primeira parte do julgamento, sete dos outros dez ministros concordaram com Fachin para tirar as ações e Curitiba, mas houve discordâncias sobre o local de destino, o que também precisa ser definido. Fachin, Rosa Weber e Luís Roberto Barroso entenderam que é a Justiça Federal de Brasília que deve tocar os processos. Alexandre de Moraes sugeriu a Justiça Federal de São Paulo. Outros quatro - Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes - ainda não opinaram. Apenas três - Nunes Marques, Marco Aurélio Mello e Luiz Fux - votaram para manter as ações em Curitiba.

- O que se colocou em todas as denúncias é que várias empresas, notadamente Petrobras, mas também OAS, Odebrecht tinham caixinha para corrupção. Algo genérico, sem ligação a casos específicos, se denunciou o ex-presidente - disse Moraes.

CONDUÇÃO COERCITIVA - O ex-presidente Lula é alvo, em março de 2016, de um mandato de condução coercitiva, autorizado pelo então juiz Sergio Moro, na 24ª fase da Operação Lava-Jato. O petista foi levado por agentes da Polícia Federal até o Aeroporto de

Congonhas para depor Foto: Marcos Bizzotto / Raw Imagem/Agência O Globo

GRAMPOS TELEFÔNICOS - A Justiça Federal divulga, em março de 2016, com a autorização de Moro (foto), áudios de escutas telefônicas de Lula. Um dos áudios mostra conversa com a presidente Dilma Rousseff Foto: Edilson Dantas / O Globo

AFASTAMENTO DE DILMA - Lula surge abatido ao lado de Dilma Rousseff à frente do Palácio do Planalto horas após o Senado decidir pelo afastamento da presidente, em maio de 2016 Foto: Givaldo Barbosa / O Globo

RÉU PELA PRIMEIRA VEZ - Lula se torna réu em 2016, acusado de tentar obstruir a Justiça comprando o silêncio de Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras. Em 2018, o ex-presidente foi absolvido. Foto: Michel Filho / O Globo

MORO ACEITA DENÚNCIA - O procurador Deltan Dallagnol durante apresentação do MPF da denúncia contra Lula, em 14 de setembro de 2016. No dia 20, Lula vira réu pela segunda vez. Neste caso, o ex-presidente é acusado de receber R\$ 3,7 milhões da OAS referentes ao triplex do Guarujá (SP). Lula nega a propriedade do imóvel Foto: Rodolfo Buhner / La Imagem/Fotoarena

RELAÇÃO COM A ODEBRECHT Na foto, Lula e Marcelo Odebrecht. Pela terceira vez, o ex-presidente vira réu na Lava-Jato. Em outubro de 2016, ele é acusado de receber dinheiro da construtora Odebrecht para defender interesses da empreiteira em outros países, interferindo na concessão de financiamentos do BNDES. Foto: Arte/O Globo

**OPERAÇÃO ZELOTES** - A quarta denúncia contra Lula é aceita pela 10ª Vara Federal de Brasília. Desta vez, o caso é referente à **Operação Zelotes**, em dezembro de 2016. Procuradores afirmam que Lula integrou um esquema que vendia a promessa de que ele poderia interferir junto ao governo da então presidente Dilma Rousseff para beneficiar o grupo CAO A Foto: Edilson Dantas / O Globo

CINCO VEZES RÉU - Lula se torna réu pela quinta vez quando Moro (foto) aceita nova denúncia do MPF, em dezembro de 2016. O petista é acusado de se beneficiar da compra, pela Odebrecht, de um terreno para a construção da nova sede do Instituto Lula e de um imóvel vizinho ao apartamento do ex-presidente, em São Bernardo do Campo Foto: Givaldo Barbosa / O Globo

O ADEUS A MARISA - A ex-primeira-dama Marisa Letícia morre aos 66 anos, depois de sofrer um

Acidente Vascular Cerebral (AVC) em janeiro de 2017. Foto: NELSON ALMEIDA / AFP

CONDENAÇÃO PELO TRÍPLEX - O então juiz Sergio Moro condena Lula em julho de 2017 a nove anos e meio de prisão (pena aumentada depois para 12 anos e 1 mês) pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá. Na foto, Segurança reforçada em frente à sede da Justiça Federal em Curitiba no dia do julgamento Foto: Geraldo Bubniak / O Globo

DENÚNCIA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA -

O então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denuncia em setembro de 2017 Lula e Dilma pelo crime de organização criminosa. Segundo Janot, o ex-presidente foi o líder e grande idealizador da organização, devendo inclusive ser condenado a uma pena maior por isso Foto: Ailton de Freitas / O Globo

PRISÃO - Em 2018, o ex-presidente Lula se entrega à Polícia Federal após ter sua prisão determinada pela Justiça. Ele é levado no dia 07 de abril para a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba para cumprir pena Foto: MAURO PIMENTEL / AFP

PROTESTO - Manifestantes protestam em frente à Superintendência da PF em Curitiba contra a prisão de ex-presidente Foto: Denis Ferreira/AP/07-04-2018

MUDANÇA DE PODER - Em novembro de 2018, Sergio Moro anuncia que decidiu deixar a magistratura após 22 anos de carreira e assumir o cargo de ministro da Justiça de Jair Bolsonaro Foto: Geraldo Bubniak / Agência O Globo - 06/11/2018

VIGÍLIA - Desde o dia em que o ex-presidente Lula foi preso, apoiadores fizeram vigília em frente à PF de Curitiba durante todos os 580 dias da prisão Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo - 07/04/2018

ENTREVISTA - Depois de mais de um ano na prisão, a Justiça autoriza, e o ex-presidente Lula dá entrevista à imprensa na sede da Polícia Federal em Curitiba Foto: Ricardo Stuckert - 26/04/2019

HACKEADO - Deltan Dallagnol, então coordenador da Lava-Jato, teve o celular hackeado e conversas vazadas pelo jornal The Intercept Brasil. As conversas mostram relação de proximidade e combinações impróprias entre ele e o juiz Sergio Moro Foto: Rodolfo Buhner / Reuters

VAZA-JATO - Depois de trazer à tona conversas de Moro e Dallagnol, o jornalista Glenn Greenwald, o mesmo que revelou ao mundo o escândalo de espionagem da CIA, através da história de Edward

Snowden, foi convidado a depor na Câmara Foto:  
Daniel Marenco / Agência O Globo - 25/06/2019

LULA LIVRE - O ex-presidente Lula deixa a sede da  
Polícia Federal em Curitiba após ficar 580 dias preso,  
acusado de corrupção Foto: Marcelo Andrade /  
Agência O Globo - 08/11/2019

EX-CONDENADO - O ministro Edson Fachin, do STF,  
determinou, no dia 8 de março, a anulação de todas as  
decisões e condenações de Lula na 13ª Vara Federal  
de Curitiba, em quatro processos, o que abriu a  
possibilidade para a candidatura do petista para 2022  
Foto: NELSON JR./SCO/STF

SUSPEIÇÃO - Logo após a decisão de Fachin de  
anular as decisões de Moro, a Segunda Turma do STF  
considerou Moro suspeito no processo sobre o triplex  
Foto: Reprodução

DISCURSO - Em discurso no Sindicato dos  
Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo,  
Lula criticou duramente a gestão de Bolsonaro durante  
a pandemia e chamou o presidente de negacionista  
Foto: MIGUEL SCHINCARIOL / AFP - 10/03/2021

Embora as decisões de Moro no processo do tríplex já  
estejam anuladas de qualquer jeito, esse ponto ainda  
pendente de julgamento tem duas consequências  
práticas. Uma, mais imediata, é que a decisão de  
Fachin tirando os processos de Curitiba e mandando-  
os para Brasília não anulou todos os atos dos  
processos, sendo possível por exemplo ao novo juiz  
do caso aproveitar as provas produzidas. Já a decisão  
da Segunda Turma anulou tudo do processo do tríplex  
(embora não tenha tratado das outras ações penais de  
Lula), o que atrasaria ainda mais seu andamento.

O segundo aspecto é que a decisão de Fachin foi vista  
como uma forma de preservar a maior parte da Lava-  
Jato, para evitar o julgamento da parcialidade de Moro.  
Se o ministro sair derrotado nesse ponto, fica mantida  
a decisão da Segunda Turma que pode abrir margem  
para que a suspeição do ex-juiz seja questionada em  
outros processos, levando à anulação de mais  
decisões da Lava-Jato, e não apenas aquelas  
relacionadas a Lula.

**Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/stf-retoma-nesta-quinta-julgamento-do-caso-lula-entenda-que-os-ministros-vao-debater-1-24981631>**

# Serviços públicos podem ser afetados

**Mariana Ribeiro**

O projeto que alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e buscou destravar o Orçamento de 2021, aprovado nesta semana, trouxe alterações que podem comprometer o funcionamento dos serviços públicos, alerta o consultor de Orçamento do Senado, Vinícius Amaral.

Uma das mudanças retira do texto a proteção especial que era conferida às despesas de funcionamento dos órgãos e entidades e aumenta o risco de estrangulamento da máquina pública. "Era um dispositivo que estava presente nas LDOs há pelo menos 15 anos", explicou ao Valor. "O risco é que o conflito orçamentário que está posto acabe vitimando justamente o funcionamento dos serviços", completou.

No texto original, o trecho em questão listava as metas e prioridades do governo para 2021, ressaltando que deveriam ser atendidas primeiramente "as despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da **Seguridade Social**". A nova redação preserva apenas as despesas obrigatórias, "rebaixando" a segunda categoria.

Inicialmente, o projeto buscava viabilizar a execução de alguns programas de combate à crise, retirando a exigência de compensação, mas, em meio às negociações do Orçamento, o texto foi alterado. Entre outras mudanças, foi permitido que o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) e créditos de saúde ligados à covid-19 fiquem de fora da meta fiscal.

Para Amaral, o texto final traz evidências de que a máquina pública pode acabar sendo o alvo dos ajustes necessários ao Orçamento. Os bloqueios podem atingir, por exemplo, serviços de manutenção, limpeza, vigilância, tecnologia da informação e bolsas de estudos, além de diversas despesas discricionárias da área da saúde. As universidades podem estar entre as mais afetadas.

O corte seria feito em cima de uma base já comprimida. Nos últimos cinco anos, as despesas discricionárias correntes, ligadas ao funcionamento da máquina pública, tiveram queda real de cerca de 25%. Com os bloqueios, o governo estará, de certa forma, "testando o limite político da precarização" dos

serviços, avaliou Amaral.

O projeto, explicou, institui um novo tipo de bloqueio de despesas discricionárias, menos transparente, e, já que as despesas de funcionamento dos órgãos e entidades perderam a proteção, também podem ser objeto desse corte. Outro ponto diz respeito ao cancelamento de despesas para abertura de créditos ao Orçamento.

A redação original dizia que projetos de lei referentes a créditos suplementares e especiais deveriam vir acompanhados de "exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e seus subtítulos".

A exigência, disse, criava um "freio" aos cortes de despesas ligadas ao funcionamento essencial dos serviços. A nova redação traz um complemento que retira essa trava. O texto diz que as exposições são necessárias "salvo se os cancelamentos forem para atendimento" de despesas obrigatórias.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Justiça libera R\$ 1,4 bilhão para pagamento de atrasados do INSS

O CJF (Conselho da Justiça Federal) informou nesta terça-feira (20) o repasse de R\$ 1,68 bilhão para o pagamento de RPVS (Requisições de Pequeno Valor) para 168,5 mil pessoas que ganharam processos judiciais contra o governo federal.

Desse total, R\$ 1,37 bilhão será destinado ao pagamento de 93,8 mil segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que conseguiram na Justiça a concessão ou a revisão de benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e auxílios.

A RPV é uma ordem de pagamento para causas judiciais que cobram da União valores de até 60 salários mínimos, o que neste ano representa R\$ 66 mil, considerando o piso salarial nacional de R\$ 1.100.

Quando o processo contra um órgão federal corresponde a um valor superior a 60 salários mínimos, a ordem de pagamento recebe o nome de precatório e o pagamento é realizado em um único lote anual.

Esses pagamentos via RPV ou precatório, também chamados de atrasados, correspondem aos valores acumulados e corrigidos que deveriam ter sido pagos ao credor em um período que começa a ser contado em até cinco anos antes do pedido feito pelo cidadão ao órgão e vai até a data da determinação judicial para o pagamento.

As RPVS são quitadas no mês seguinte à notificação do devedor. As requisições pagas em abril, portanto, foram autuadas em março.

O valor repassado pelo CJF é destinado aos cinco TRFS (Tribunais Regionais Federais) do país e cabe a eles depositar os valores para os beneficiários.

O TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), responsável por processos de São Paulo e Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem como padrão concluir esses pagamentos uma semana após receber os recursos. Veja ao lado como consultar.

**Site:** <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

# Antecipação do 13º pode ficar para maio, dizem especialistas

Com o mês de abril chegando ao fim e o governo cada vez mais perto de assinar o Orçamento 2021, especialistas analisam que a antecipação do 13º de aposentados e pensionistas do **INSS** para este mês é uma vontade da população que dificilmente pode ocorrer. O governo tinha até o dia 15 deste mês para calcular a folha de gastos realizados pela Previdência em abril. Esgotado o prazo, todas as mudanças orçamentárias entram na projeção do mês seguinte. Além disso, com a burocracia para execução do recurso, como o levantamento de dados de todos os beneficiários para cálculo dos valores, e só dez dias para fazê-lo, só é possível realizar o depósito em maio. (UOL)

**Site:** <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

# Sancionada a alteração na Lei de Diretrizes 2021

Medida abre as portas para soluções no Orçamento deste ano.

Volume de emendas parlamentares deve ficar na casa de R\$ 37 bi Brasília - O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a alteração na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021. O principal objetivo da alteração, de acordo com o governo, é viabilizar as medidas de enfrentamento à pandemia, com foco na manutenção do emprego e auxílio às pequenas empresas. A LDO define as metas e prioridades do governo para o ano seguinte, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e fixa limites para os orçamentos dos poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público. A matéria foi aprovada pelo Congresso em 16 de dezembro. Entre as alterações na LDO, estão a permissão para que os gastos excepcionais com serviços de saúde que sejam especificamente voltados para o enfrentamento da Covid-19 não sejam computados na meta fiscal. Agora, com a sanção da alteração da LDO, abrem-se as portas para a sanção do Orçamento de 2021, com prazo encerrando-se hoje.

Com o acordo entre Congresso Nacional e governo para resolver o impasse político, o volume de emendas parlamentares deve ficar na casa de R\$ 37 bilhões. Igualmente não serão computados na meta as linhas de crédito do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Mi-croempresas e Empresas de Pequeno Porte) e Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, o BEm.

A LDO flexibilizou ainda algumas regras orçamentárias, possibilitando que esses programas sejam reabertos sem a necessidade de se cancelarem outras dotações orçamentárias, desde que as despesas sejam limitadas ao ano de 2021. O texto autoriza também que o Executivo faça o bloqueio das dotações orçamentárias de despesas discricionárias (gastos facultativos, que não são legalmente obrigatórios) no montante necessário a se cobrir as despesas obrigatórias (gastos que são obrigatórios por lei). Essa medida permitirá a recomposição das dotações orçamentárias da **Previdência Social** e de outros gastos obrigatórios que não possuíam cobertura orçamentária suficiente na lei orçamentária, o que auxiliará no aperfeiçoamento do Orçamento de 2021.

O único veto feito por Bolsonaro foi a pedido do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre permissão de assinatura de contratos e realização de transferências e doações para municípios em situação de inadimplência com a União. "Embora a intenção do legislador seja louvável, a medida enfraqueceria o controle das contas e a fiscalização do correto emprego dos valores transferidos pela União", disse.

**Site:** [https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-9659078925b57e621eb3f9ef19773ac3.pdf](https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-9659078925b57e621eb3f9ef19773ac3.pdf)

## Combate à pandemia fora do teto

Brasília - Após discussões em torno do Orçamento deste ano, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que os gastos que vão ficar fora do teto estão relacionados a medidas de combate ao agravamento da pandemia. "Os gastos de natureza não recorrente exprimem o compromisso com a saúde. Somente gastos com saúde estarão fora do teto, como aconteceu no ano passado. Teremos em 2021 o mesmo protocolo de 2020", reafirmou em entrevista coletiva, mas logo acrescentado: "gastos com saúde e para preservar empregos estão no extrateto". Por conta do impasse no Orçamento, além das dificuldades com despesas como as de seguro-desemprego e abono salarial, a antecipação da primeira parcela do 13º dos aposentados e pensionistas do **INSS** também ficou comprometida. Chegou a ser anunciada pelo Ministério da Economia para abril, mas ficou para maio, data que possivelmente será ainda postergada diante dos poucos dias até a virada do mês.

O bloqueio em parte das verbas dos ministérios e o veto em parte das emendas aliviarão a pressão sobre o Orçamento em ao menos R\$ 20 bilhões. Há dúvidas de analistas, porém, se a estratégia será suficiente para que as despesas continuem num patamar que não fure o teto. A Instituição Fiscal Independente do Senado aponta rombo de R\$ 31,9 bilhões no teto. A Consultoria da Câmara projeta uma insuficiência menor: R\$ 21,3 bilhões.

O cenário deverá levar o governo a bloquear despesas dos ministérios durante o ano, inclusive aquelas indicadas por emendas parlamentares, para cumprir as regras e priorizar as despesas obrigatórias, de acordo com técnicos. No primeiro alvo estão as verbas colocadas sob o guarda-chuva dos ministérios por indicação dos parlamentares, mas que não receberam o carimbo de emendas obrigatórias, um total de R\$ 3,4 bilhões.

**Site:** [https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-9659078925b57e621eb3f9ef19773ac3.pdf](https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-9659078925b57e621eb3f9ef19773ac3.pdf)

# MPF denuncia Mouhamad Moustafa por sonegar mais de R\$ 10 milhões

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou denúncia à Justiça Federal contra os irmãos Mouhamad Moustafa e Karina Moustafa, médicos e empresários, e também contra a advogada Priscila Marcolino, por sonegarem mais de R\$ 10 milhões em contribuição previdenciária e outras contribuições sociais referentes aos funcionários da Sociedade Integrada Médica do Amazonas (Simea).

Na denúncia, o MPF aponta que Mouhamad, Karina e Priscila cooptaram profissionais das áreas médica e odontológica para trabalharem como sócios da empresa, em vez de serem contratados como funcionários assalariados e segurados da **Previdência Social**. Os supostos sócios detinham participação individual no capital social da Simea entre 0,10% e 0,30%.

Com a fraude, a empresa deixou de pagar a contribuição previdenciária e a contribuição de intervenção no domínio econômico referente aos salários dos funcionários, já que eram considerados sócios e, formalmente, recebiam distribuição de lucros, não salários. Até a 14ª alteração do contrato social, a Simea possuía 364 sócios e capital social de R\$500mil.

Do total de cotas sociais, 84% pertenciam a Mouhamad e Karina. Os outros 16% eram distribuídos entre os demais 362 sócios cotistas, totalizando R\$ 78,8 mil, em cotas que variam de 0,1% a 0,3%.

Entre os indícios da fraude estão a inexistência de trabalhadores na Simea que pudessem prestar os serviços médicos, que eram a atividade da empresa; o fato de os "sócios" prestarem esses serviços; e a discrepância entre o capital social investido - de R\$50aR\$150-e os "lucros" recebidos pelos "sócios". "Toda sociedade empresária é formada de capital, mão-de-obra e execução profissional de determinada atividade. Sócio é aquele que aporta capital".

**Site:** <https://d24am.com/wp-content/uploads/2021/04/025058a3c055928c2d1cba2d73d7c3e9c9753d4051fb7879f9b64065c2eeb253.pdf>

# Tira dúvidas do IR 2021: inventário, duas aposentadorias, CPF irregular

Por G1

O prazo para fazer a declaração do Imposto de Renda 2021 já começou - e com ele as dúvidas dos contribuintes.

Para ajudar nessa tarefa, a pedido do G1, o especialista em imposto de renda da consultoria EY, Antonio Gil, vai responder todas as semanas, durante todo o prazo de declaração, a 15 perguntas dos leitores. Serão 3 perguntas por dia, de segunda a sexta.

Tem alguma dúvida? Mande sua pergunta e veja as já respondidas SAIBA TUDO SOBRE O IMPOSTO DE RENDA 2021

1) Como e onde declarar valor recebido em inventário? (José Lins)

Resposta: Os bens recebidos de herança somente devem ser declarados pelos herdeiros após a conclusão do processo de inventário. Os bens herdados devem ser informados na ficha de "Bens e Direitos" de acordo com o que lhe coube na partilha de bens. Inclua no campo "Discriminação" a origem e os detalhes do bem recebido. Adicionalmente, o valor total herdado deve ser incluído na ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis", sob o código 14 - Transferências patrimoniais - Doações e Heranças.

2) Meu pai tem duas aposentadorias, uma por tempo de contribuição e outra pensão por morte. No informe do **INSS**, o total de rendimentos tributáveis tem R\$ 39 mil e na Parcela Isenta dos Proventos de Aposentadoria, Reserva, Reforma e Pensão (65 anos ou mais) o valor de R\$ 24.751,74. Como devo declarar? Devo subtrair esses R\$ 24 mil dos R\$ 39 mil e o restante, declarar como tributável? (Isadora Wine)

Resposta: Não. O informe do **INSS** reporta o valor total limite de rendimentos isentos referentes a parcela isenta de quem possui mais de 65 anos como Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, e o excedente informa em Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica. Ou seja, o cálculo do valor máximo de isenção (R\$ 24.751,74) já está apontado no informe, e os R\$ 39.000,00 seriam o excedente, e portanto, tributável.

3) Estou com o CPF irregular. Minha última declaração foi referente ao exercício de 2013. Após esta data, não fiz mais declarações, pois minha renda não atingia mais a obrigatoriedade da declaração. Porém, no ano de 2020, minha renda voltou a atingir a obrigatoriedade. Acredito que por este motivo meu CPF tenha ficado irregular. Devo declarar de 2014 a 2021, para fazer a regularização de meu CPF? (Silvia Farias)

Resposta: É sempre importante ressaltar que a renda não é o único determinante para apresentação da Declaração de Imposto de Renda, com critérios como quantias recebidas em rendimentos tributáveis, quantias recebidas em rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, se o contribuinte fez operações em bolsas de valores, se teve determinada receita em atividade rural, se tem determinado valor de bens e direitos, dentre outros. É necessário observar os critérios para cada um dos anos de declaração não apresentada. Se necessário, você poderá apresentar as 5 últimas declarações em atraso, sujeitas à multa por atraso na entrega. Contudo, se a ausência se deu apenas pela declaração 2020, ano base, 2019, você só deverá entregar essa em atraso, e não as dos exercícios em que não estava obrigado.

Site: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2021/noticia/2021/04/22/tira-duvidas-do-ir-2021-inventario-duas-aposentadorias-cpf-irregular.ghtml>

# Reintegração de servidores custará R\$ 560 mi

Sem retomar as reformas estruturais, como a administrativa, o governo pode ter um aumento de até R\$ 560 milhões nos gastos com pessoal em 2021 apenas com a reintegração de servidores dos ex-territórios. A Comissão Especial dos ex-Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá (CEEXT-SGP) precisa analisar 35.380 processos de funcionários que foram contratados nos territórios e agora pleiteiam a transposição para os quadros da União. Desde 2014, quando a comissão foi instituída, foram recebidos 75,3 mil pedidos de migração. A maior parte, 25,5 mil, foi indeferida, mas já migraram para a folha do governo federal 8.933 servidores.

Segundo a comissão, a maioria dos pedidos de transposição vem de professores e pessoas que ocuparam cargos comissionados diversos em secretarias de Estado ou prefeituras. Também há pedidos de policiais e profissionais da saúde, como médicos. Até os anos 80, era a União que autorizava contratações e repassava verba para os pagamentos aos territórios. Ao se tomarem estados, assumiram a despesa com pessoal.

De acordo com o Ministério da Economia, os quase nove mil servidores que já migraram para os quadros da União representam um gasto anual de R\$ 671,9 milhões, com base na folha de fevereiro de 2021. Ainda há 5.537 pedidos aprovados, mas que possuem algum tipo de pendência jurídica.

Ao mesmo tempo em que terá esse gasto extra, o governo enfrenta dificuldades para avançar com a proposta de reforma administrativa, que está parada no Congresso e afetará apenas os futuros funcionários públicos.

Os servidores que migram para os quadros da União desempenhavam funções diversas nos territórios, mas a maior parte atuava nos setores de educação, saúde e segurança. No governo federal, são enquadrados em função equivalente, para que não haja prejuízo nem benefício. Atualmente, recebem, em média, R\$ 6.200 mensais, com remunerações que variam entre de R\$ 1.100 e R\$ 35.900.

PROCESSOS Contratados nos territórios pleiteiam a transposição para os quadros da União

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

## Tributo apropriado para o livro (2)

**ADRIANO SANTANA PEDRA**

A **reforma tributária** proposta pelo governo federal prevê a criação da Contribuição Social sobre Operações de Bens e Serviços (CBS) com uma alíquota de 12%, em substituição à COFINS e ao PIS/PASEP, que atualmente têm alíquota zerada.

A Constituição de 1988 estabelece que é vedado instituir **impostos** sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão. Com o passar dos anos e as transformações tecnológicas, o Supremo Tribunal Federal decidiu que essa imunidade tributária também se aplica aos livros eletrônicos (e-books), bem como aos aparelhos leitores (e-readers) destinados exclusivamente para este fim.

Os livros já possuem imunidade tributária desde a Constituição de 1946, o que é atribuído a Jorge Amado, escritor e deputado constituinte à época.

A lógica envolvida é que, quanto menos **tributos**, mais barato o livro.

Embora a CBS seja uma contribuição social, e não um imposto, vale dizer que as imunidades tributárias refletem a proteção da liberdade de acesso a fontes de informação, à educação e à cultura, que integram a formação integral do ser humano. Quando se onera em demasia o acesso ao livro, atenta-se contra essas liberdades, porque não se restringe apenas a circulação do livro, mas também seu conteúdo, ideias, expressões do pensamento, manifestações culturais, etc.

Desde 2004, a Lei nº 10.865 reduziu a zero as alíquotas da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP incidentes sobre a receita da venda de livros, assim como sua importação. A elevação da alíquota correspondente, agora sob o nome de CBS, representa um grande retrocesso à afirmação de direitos fundamentais já concretizados pela legislação.

Um dos argumentos utilizados pelos apoiadores da proposta é que a última pesquisa de orçamentos familiares do IBGE apontou que as famílias com renda de até dois salários-mínimos não consomem livros não didáticos e a maior parte destes livros é consumida pelas famílias com renda superior a dez salários. Levando em conta que o salário-mínimo deve atender a gastos com educação, além das outras necessidades básicas do trabalhador, há algo errado em um país quando apenas poucas pessoas podem

comprar livros.

Os livros já são muito caros no Brasil, mesmo sem esse aumento na tributação. As políticas públicas precisam tornar os livros mais acessíveis, seja com compras, seja com compartilhamentos, tanto em suas versões físicas quanto em suas versões digitais, e assegurar o pluralismo.

Uma consequência nefasta de uma tributação injusta é a extinção de pequenas e médias editoras e livrarias. O livro está na base da formação da cidadania e o seu acesso deve ser pensado como um direito fundamental. Por isso, o tributo mais apropriado para o livro é a nossa homenagem pelo seu papel transformador, tão bem expressado nas palavras de Mário Quintana: "Os livros não mudam o mundo. Quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas".

Adriano SantAna Pedra é pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra e professor da Faculdade de Direito de Vitória.

# MEC deixa alunos de fora do Fundeb, e prefeituras apontam nova falha da pasta

**Paulo Saldana**

O governo Jair Bolsonaro deixou de contabilizar milhares de estudantes na divisão dos recursos do Fundeb deste ano, o que reduziu repasses para municípios.

Desde que foi publicada a portaria interministerial nº 1, de 31 de março, secretarias de Educação têm estranhado os cálculos: eles não batem com o que consta no Censo Escolar. Ficaram de fora, na partilha do bolo, alunos de ensino fundamental em tempo integral, cujas matrículas têm maior peso nos critérios para a divisão.

O caso é tratado como erro por integrantes do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), vinculado ao Ministério da Educação. A Folha tem mostrado uma série de falhas do órgão ligado à pasta comandada pelo ministro Milton Ribeiro.

Secretários de Educação e entidades que representam prefeituras têm questionado o governo. Até agora não receberam respostas.

A CNM (Confederação Nacional de Municípios) calcula que 695.090 matrículas de tempo integral deixaram de ser computadas nos cálculos do governo Bolsonaro.

O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica. O fundo reúne cesta de **impostos**, acrescido de complementação da União, e é dividido com base no número e tipo de matrículas.

A portaria de março foi assinada por Ribeiro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. O ato faz parte da previsão legal para a operacionalização dos recursos, a cargo do FNDE, e impacta recursos já transferidos a partir deste mês.

Segundo relatos feitos à Folha, as lideranças do FNDE ainda não sabem o que ocorreu de errado e o que devem fazer. Questionados, FNDE e MEC não responderam.

A falha resultou, segundo estudo da CNM, em 1.282 municípios com previsão de recursos abaixo do que lhes são devidos pelo Fundeb. A entidade, que representa as prefeituras do país, não calculou os valores.

A diferença pode chegar a R\$ 785 milhões, segundo estimativa feita pela reportagem com base em dados do Ceará. Foram as prefeituras cearenses as primeiras a identificarem o erro. Segundo a CNM, mais de 190 mil alunos cearenses de tempo integral foram ignorados. Isso impacta 114 municípios do estado.

A secretária de Educação de Crateús (CE), Luiza Teixeira, enviou ao FNDE em 5 de abril ofício expondo o caso e exigindo "imediate atenção e a pronta correção desse lapso". Teixeira preside no estado a Undime (que reúne dirigentes municipais de Educação).

Nas contas da Undime-CE, a subestimação do Fundeb a municípios cearenses chega a R\$ 215,4 milhões. A projeção da entidade relacionada às matrículas ignoradas coincide com os cálculos da CNM.

"A gente percebeu que foram desconsideradas matrículas que estavam em um anexo da portaria", disse a secretária à Folha. "Municípios como o meu perdem cerca de R\$ 4 milhões no ano, quase uma folha bruta de salário. Fica bem difícil porque a gente sabe da situação financeira do país para financiar a educação."

Teixeira diz ter certeza de que se trata de erro. Segundo ela, Crateús já recebeu outros recursos federais, como de alimentação escolar, com base nos dados corretos do Censo Escolar de 2020 (presentes em portaria de novembro). No Fundeb, a base de matrículas adotada foi diferente.

O Maranhão é o segundo estado com maior perda, diz a CNM: 115 mil matrículas foram desconsideradas. "Fazer educação integral no Maranhão não é fácil, e agiram contrário ao Censo Escolar", diz Marcony Pinheiro, da Undime Maranhão e secretário de Educação de Poção das Pedras. Ele também indagou o governo.

A CNM recebeu reivindicações de prefeituras e associações municipais e estaduais. A consultora de educação da CNM, Mariza Abreu, diz que a entidade já á acionou o governo e espera respostas. "Está difícil entender por que esses equívocos estão acontecendo. Esse processo de filtrar as matrículas do Censo aconteceu nos últimos 14 anos [desde a criação do

Fundeb] e nunca tinha se verificado essa variação tão significativa. E tem outro problema: se alguém recebe a menos, alguém recebe a mais."

Essa portaria atinge todos os estados e os municípios do país, diferentemente da falha na distribuição do Fundeb ocorrida em janeiro. Revelado pela Folha, o erro atingia apenas a primeira parcela da complementação da União.

Na ocasião, de R\$ 1,18 bilhão previsto, R\$ 766 milhões foram repassados equivocadamente. Três estados e respectivos cidades receberam dinheiro a mais, e seis, a menos. Em 2019, outro erro, de R\$ 1 bilhão, ocorreu com outras transferências constitucionais.

O FNDE ainda deixou fora do ar neste ano o sistema para cadastro dos conselhos de acompanhamento do Fundeb. Essa ausência pode causar prejuízos a prefeituras e governos. O órgão colocou no ar o sistema no dia 9, mas prefeituras ainda encontram dificuldade para o cadastro.

O FNDE é controlado por indicações do centrão. Todas essas falhas ocorrem na mesma área: a da Coordenação-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição de Arrecadação do Salário-Educação. Ela é ligada à Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios do FNDE e está sem titular desde novembro passado. O posto é gerido por um coordenador substituto.

O novo formato do fundo amplia os recursos federais e entrou em vigor neste ano -o fundo opera R\$ 179 bilhões no ano-, mas o processo de transferência está mais complexo. A mesma portaria causa estranhamento porque a previsão de parcelas do Fundeb ao longo do ano vai diminuindo no segundo semestre -o que nunca ocorreu.

Segundo o Ministério da Economia, o cronograma proposto visa "minimizar os impactos da atualização das estimativas, diminuindo o risco de reduções significativas" da complementação da União por Unidade Federativa. A pasta diz que as estimativas serão atualizadas a cada quatro meses.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# A reforma da tarifa externa comum - OPINIÃO JURÍDICA

**Carolina Müller e Giuseppe Melotti são sócios de Bichara Advogados, especialistas em comércio internacional e direito aduaneiro**

O Ministério da Economia anunciou, no dia 17 de março, a aprovação de uma redução de 10% das alíquotas do Imposto de Importação aplicadas aos bens de capital e bens de informática e telecomunicações (BIT e BK). Como consequência, um bem de capital antigamente sujeito a um Imposto de Importação de 14% passou a estar sujeito a uma alíquota de 12,6%.

A medida foi publicada dois dias depois, pela Resolução Gecex nº 173/2021.0 governo esclareceu que a medida se insere num projeto maior, de redução global das alíquotas da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), atualmente em discussão no bloco.

O Mercosul, como união **aduaneira**, determina que todos os membros do bloco possuam uma tarifa comum, ou seja, que todos estabeleçam a mesma alíquota do Imposto de Importação para determinado produto. Entretanto, há inúmeras exceções a essa regra geral.

A redução das tarifas de BIT e BK foi possível justamente porque o setor está contemplado nas exceções à TEC, permitindo que o governo brasileiro determine, independentemente do restante do Mercosul, a alíquota aplicável a esses produtos. Tal medida tem impacto relevante para todo o setor produtivo brasileiro, uma vez que a importação desses bens se traduz em investimentos no parque produtivo nacional.

De outro lado, a redução das tarifas dos demais produtos dependerá da aprovação do Mercosul. Nesse sentido, o governo anunciou que discute no bloco a redução de 10% de todas as alíquotas da TEC, proposta essa que já enfrenta resistência da Argentina.

De acordo com o plano brasileiro, essa seria a primeira etapa de uma abertura comercial gradual, decorrente da redução progressiva do Imposto de Importação, que acompanhará a redução do custo Brasil e permitirá a maior inserção do país nas cadeias globais de valor. O governo ressaltou, ainda, que a TEC não sofre nenhuma reforma geral desde 1995,

ano de sua implementação, e que a redução linear visa impedir a seleção de "campeões nacionais" e de setores a serem mais ou menos privilegiados nesse processo.

A adoção de uma estratégia de um mesmo percentual de redução para todas as tarifas é compreensível nesse cenário, mas traz algumas limitações. A principal delas é que a diferenciação entre setores está na essência da TEC. De fato, o Imposto de Importação deve ser estabelecido para atender às políticas comerciais do país. É por isso que as alíquotas da TEC variam conforme o produto.

A redução de 10% para todas as alíquotas manterá a opção feita há quase três décadas pelo grau relativo de proteção de cada setor à concorrência internacional, refletida por um Imposto de Importação maior ou menor que o estabelecido aos demais setores.

A medida não traz, assim, modificação na estrutura da TEC e nesse grau relativo de proteção, o que pode ser necessário em razão das mudanças na economia brasileira, regional e mundial e do desenvolvimento tecnológico dos últimos 30 anos que, inevitavelmente, trouxeram impactos nas cadeias produtivas.

Outras distorções também não serão endereçadas: hoje, há produtos cuja tributação toma-se significativamente maior ou menor se feitas apenas pequenas modificações em suas características. Também há produtos substitutos com composição diferentes que trazem tarifas discrepantes, afetando as condições de mercado e a concorrência entre esses. Tais distorções não aparecem nos modelos econômicos muitas vezes utilizados para apontar para os benefícios de uma liberalização comercial, baseados em grande agregação de dados, e precisam ser avaliados com maior detalhamento, considerando cada item da TEC (e, por vezes, os diversos destaques de cada item).

Há mecanismos para endereçar algumas dessas questões. As alterações permanentes da TEC permitem a modificação da alíquota do Imposto de Importação de determinado produto e podem ser solicitadas por empresas e associações ao governo brasileiro, para que esse leve a discussão ao Mercosul.

Também é possível solicitar a inclusão de um produto na Lista de Exceções à TEC (Letec), para o qual o Brasil poderá estabelecer uma tarifa maior ou menor que aquela fixadas pelos demais membros do Mercosul, observado o limite de até 100 códigos tarifários na lista brasileira. Por fim, em casos de desabastecimento, é possível solicitar ao governo brasileiro que esse conceda a redução temporária do Imposto de Importação para o insumo.

Entretanto, esses são mecanismos pontuais que, apesar de aplicados regularmente pelo Mercosul e pelo governo brasileiro, não trazem alterações mais profundas na estrutura da TEC. Assim, uma reforma mais abrangente merece, também, essa análise detalhada e setorial das tarifas ali previstas, a fim de se avaliar a adequação da atual proteção relativa conferida a cada setor produtivo brasileiro.

Acresça-se a essa análise, a necessidade de buscar a simplificação e homogeneidade da TEC, reduzindo-se o número de alíquotas atualmente existentes. É o inverso do que ocorrerá com a redução conforme prevista: isso porque as alíquotas que hoje variam, em regra, de dois em dois pontos percentuais, passarão a apresentar frações de porcentagem com a redução.

A consideração de todos esses pontos em uma reforma da TEC, ainda que conduzida em diversas etapas, é, certamente, um trabalho árduo, mas que poderá promover a melhor inserção do Brasil no comércio internacional, trazendo benefícios ao país.

Carolina Müller e Giuseppe Melotti são sócios de Bichara Advogados, especialistas em comércio internacional e direito aduaneiro

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186815](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186815)**

# Governo do DF inicia envio dos carnês do IPTU

Os contribuintes do Distrito Federal devem começar a receber nos próximos dias as carnês de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Limpeza Pública (TLP) do exercício de 2021. Os boletos estão em processo de impressão e já estão sendo repassados para os Correios, responsáveis pela entrega nos endereços constantes no cadastro fiscal. As datas para o pagamento do IPTU já haviam sido definidas pela Portaria 406, de 16 de dezembro de 2020. Os **impostos** poderão ser pagos em até quatro parcelas, que englobarão os dois **tributos**.

**Site:**

**[https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano\\_14\\_edic\\_a\\_o\\_3171](https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3171)**

# Mudança na LDO permite lançar BEm

**ROSANA HESSEL**

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou, ontem, o projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, o PLN 2/2021, corrigindo um erro da equipe econômica e abrindo espaço para novos gastos fora da regra do teto - emenda constitucional que limita o aumento de despesas pela inflação do ano anterior.

O PLN foi a saída encontrada pelo governo para chegar a um acordo com o Congresso Nacional e assim resolver o impasse do Orçamento de 2021, cuja data limite para a sanção é hoje. Os detalhes desse acordo ainda não foram revelados. Há muita desconfiança de analistas e técnicos do próprio governo, pois o texto sancionado não estipula valores para os gastos extra-teto.

novamente a lei sancionada por Bolsonaro, nº 14.143/2021, teve apenas um veto presidencial - sugerido pelo Ministério da Economia - para um artigo que permitia transferências sem restrição para municípios com menos de 50 mil habitantes inadimplentes. Aprovado no último dia 19 pelo Congresso Nacional, em votação simbólica, o PLN corrigiu um erro da equipe econômica na redação da LDO deste ano, porque ela subestimou a força da segunda onda da pandemia da covid-19 e exigiu compensação de receita para despesas temporárias.

Com a retirada dessa restrição, o ministro da Economia, Paulo Guedes, não tem mais desculpa para adiar a publicação das medidas provisórias para socorrer as empresas que já não conseguem pagar os salários de seus funcionários, reeditando o Benefício Emergencial para a Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) até sexta-feira. O ministro tem falado que o limite para esses dois programas é de até R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 10 bilhões para o BEm e R\$ 5 bilhões para o Pronampe. Contudo, não é descartado um aumento nos recursos para o Pronampe, podendo chegar a R\$ 7 bilhões ou até R\$ 10 bilhões, porque não existe uma limitação no PLN para esses recursos extras.

Guedes vem adiando a reedição do BEm desde o fim de janeiro e nenhuma das datas prometidas para a MP foram cumpridas. Na semana passada, por exemplo, o ministro garantiu que publicaria a MP do BEm "em um ou dois dias" após a aprovação do PLN no Congresso,

mas, logo depois, condicionou a MP à sanção do PLN.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, a expectativa dos técnicos da pasta é de que a MP do BEm será publicada amanhã. Contudo, ele lamentou o fato da demora, porque mais de 91% das empresas associadas não conseguiram pagar o salário deste mês sem o benefício integralmente. "Infelizmente, só valerá a partir do dia da edição, ou seja, cobrirá apenas uma parte pequena da folha de abril, porque não vai retroagir", lamentou.

Na avaliação do economista e ex-diretor do Banco Central, Alexandre Schwartsman, BEm e Pronampe, apesar de serem menores que no ano passado, devem ajudar, de alguma forma, na recuperação da economia. "Mesmo porque, aparentemente, a queda de atividade será menos pronunciada do que a de 2020", acrescentou.

No ano passado, o governo gastou R\$ 33,5 bilhões dos R\$ 51,5 bilhões previstos para o BEm. Apesar de o valor deste ano ser bem menor, de R\$ 10 bilhões, Solmucci acredita que poderá ser suficiente para o socorro durante os quatro meses previstos, mas ele lamentou a demora para a liberação do auxílio. "Já estamos com a retomada da atividade iniciada em todos os estados, e isso diminuirá a demanda", afirmou.

## Gastos adicionais

O PLN 2/2021 ainda permitiu a criação de gastos extras fora das regras fiscais para medidas no combate à pandemia, mas ainda não está claro se algumas emendas excedentes do Orçamento - oriundas de um acordo firmado por Bolsonaro e os parlamentares do Centrão para as eleições das presidências da Câmara e do Senado - poderão ser incluídas também nessa nova exceção.

Vale lembrar que a proposta da peça orçamentária do Executivo previa R\$ 16,5 bilhões para emendas parlamentares e esse montante saltou para quase R\$ 49 bilhões. A maior parte, R\$ 26,5 bilhões, foi criada pelo relator, o senador Marcio Bittar (MDB-AC), e era destinada para obras eleitoreiras, em grande parte, tocadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDB), no Nordeste, berço político do petista Luiz Inácio Lula da Silva, que voltou a ser elegível por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ao anular as condenações do tribunal de Curitiba.

O Tribunal de Contas da União (TCU) investiga as denúncias de irregularidades do Orçamento de 2021 apontadas por um grupo de parlamentares, incluindo até pedaladas fiscais. Técnicos que acompanham a investigação não precisaram a data para a conclusão do levantamento, especialmente agora, com esse novo acordo que não está bem detalhado.

Além das MPs de recriação do BEm e do Pronampe, outras medidas prometidas por Guedes são aguardadas, como a antecipação de férias de funcionários, com pagamentos postergados do um terço adicional de férias e o adiamento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No ano passado, com o BEm, foram registrados mais de 10 milhões de acordos entre empresas e trabalhadores. O resultado foi considerado bem-sucedido. O Brasil registrou a criação de 95,6 mil postos de trabalho com carteira assinada em 2020 (incluindo declarações feitas fora do prazo).

Austeridade mais distante

Com a Lei nº 14.143/2021, sancionada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro, o governo conseguiu driblar os princípios de austeridade nas contas públicas, porque encontrou uma forma de gastar mais com o aval do Congresso Nacional. O governo também precisa sancionar hoje o Orçamento de 2021, com vetos parciais para poder fechar as contas e tornar a peça orçamentária exequível e mostrar que continua respeitando o teto de gastos e as demais regras fiscais.

A expectativa de analistas é de que o governo deverá vetar pelo menos R\$ 20 bilhões do Orçamento, mas esse volume não será suficiente para sanar todos os problemas gerados com o impasse com o Congresso, e o contingenciamento de despesas nos próximos dias será inevitável.

Por conta da confusão que ainda persiste, o governo continua sendo alvo de críticas, porque não foi transparente em relação ao acordo com o Legislativo. Com a alteração da LDO, haverá um aumento de mais de R\$ 100 bilhões em despesas acima do teto de gastos. Conforme dados do Tesouro Nacional, até ontem, existiam R\$ 88 bilhões de despesas extraordinárias no combate à pandemia, incluindo os R\$ 44 bilhões previstos para a nova edição do auxílio emergencial, que começou a ser pago neste mês.

Logo, apenas considerando R\$ 15 bilhões para o Benefício Emergencial para a Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) para e o Programa

Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), os gastos extraordinários fora do teto já somariam R\$ 103 bilhões.

Técnicos do governo confirmam que, assim como o BEm, o Pronampe será recriado por meio de Medida Provisória para terem efeito imediato. Eles também não descartam que o valor para esses dois programas chegam a R\$ 20 bilhões, porque não existe um limite para esse recurso texto da nova lei originada pelo PLN 2/2021. (RH)

## Os testes das mentiras de Bolsonaro (2)

**Vinicius Torres Freire** *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha, É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

Não será fácil ocultar realidade no preço da comida, no ambiente e do Orçamento

As mentiras de Jair Bolsonaro sobre a epidemia de Covid-19 até aqui foram de algum modo toleradas por cerca de 30% do eleitorado, que considera o desempenho do presidente "ótimo" ou "bom"

A **inflação** anual da comida passou de 20%, a maior desde 2003, mas a carestia também parece não ter abalado o ânimo daqueles 30%. Mesmo em assuntos de vida e morte, a realidade dura não afeta o prestígio de Bolsonaro para 3 de cada 10 brasileiros adultos ou algo assim.

Haverá em breve mais testes, o que em outro ambiente mental ou político seriam choques de realidade: **inflação** persistente, desastre ambiental, penúria e rolos derivados da gambiarra do Orçamento, a CPI e o meio milhão de mortos. Bolsonaro ainda vai passar com nota 30%?

A Cúpula do Clima será o começo do teste do programa de destruição ambiental do governo e mentiras associadas. Bolsonaro não vai conseguir enganar o governo americano, que de resto não está sozinho nisso. Clima é um raro assunto em que EUA e China estão em acordo razoável. Caso não tome atitude alguma, Bolsonaro terá problemas na política mundial, com repercussões econômicas crescentes, o que vai incomodar boa parte dos donos do dinheiro grosso daqui.

A alternativa é demitir Ricardo Salles, vulgo "Boiada" e mudar a política. Bolsonaro entraria assim em conflito com seus amigos grileiros, desmatadores, mineradores ilegais etc. Teria também de inventar desculpa para suas falanges fanáticas por ter cedido ao globalismo ambiental.

O governo e o Congresso-centrão acertaram uma gambiarra no Orçamento de 2021 (aliás, o que vale um Orçamento aprovado depois de transcorrido 30% do ano?). Essa mumunha evita o risco de conflito político maior e de processo imediato contra Bolsonaro.

Mas mumunhas não cobrem buracos. O governo vai cortar no osso. Já corta: ora dizima as bolsas de

pesquisa. Vai ser pior. Se não fizera mutreta de transferir o pagamento de certas despesas para 2022, vai paralisar alguns serviços. Talvez a maior parte da população nem note, dado o estado de miséria ou obnubilação em que já vive. Mas a gambiarra e seus efeitos vão ficar evidentes para quem tem o luxo de poder prestar atenção no buraco em que o país vai se enfiando cada vez mais.

A **inflação** da comida anda em torno de 19% por ano desde o trimestre final de 2020. Ou seja, quem receber o auxílio emergencial, já reduzido, ainda por cima perdeu um quinto do poder de compra em alimentos, em um ano. Além do mais, milhões não receberão ajuda alguma e a recuperação do emprego (muito bico) vai ser retardada pelo afundamento da economia pelo menos em março e abril.

Bolsonaro não é responsável por boa parte dessa carestia, mas ajudou a piorar a coisa, pois a baderna de seu governo mantém o dólar nas alturas. O atraso do pagamento do auxílio emergencial e o fato de que ainda não foram renovados os auxílios de emprego e para pequenas empresas, no entanto, são resultados da incompetência e da negligência de Paulo Guedes e do presidente. Para os dois, a epidemia estava "no finzinho", em fins de 2020.

Há uma chance nada desprezível de a epidemia refluir bem a partir de julho, se a zona infecta que é o Brasil não produzir alguma nova variante assassina do vírus. Haverá dezenas de milhões de pessoas com sequelas da Covid, da educação arruinada e da mi séria ampliada. Pode bem ser que os 30% não se importem com isso também. Até lá, pelo menos, a mentira perversa e lunática que é Bolsonaro vai passar por testes.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49504>

# Demora para aprovar Orçamento é a maior desde Lula, em 2006

**Fábio Pupo e Thiago Resende Brasília**

As discussões sobre o Orçamento fizeram o governo Jair Bolsonaro passar a marca de 110 dias desde o começo de 2021 sem a sanção do texto. Isso corresponde a um recorde nos últimos 15 anos.

A demora na sanção do Orçamento afetou o lançamento de medidas ligadas à Covid-19 neste ano e também tem limitado a execução de despesas do governo, que tem precisado pensarem diferentes saídas legais para liberar recursos.

A espera pela sanção em 2021 ultrapassou a observada em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff (PT). A petista assinou o texto em 20 de abril daquele ano.

Dilma registrava naquele exercício o segundo ano seguido de déficit nas contas públicas. Em meio ao aperto, governo e Congresso discutiam a destinação de recursos a itens como emendas parlamentares e fundo partidário.

Apesar disso, Bolsonaro não passou o atraso registrado durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2006.

O petista só assinou em 16 de maio, o que ainda corresponde à maior demora desde então.

Também houve sanções com atraso durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O recorde foi observado sob Itamar Franco, em 1994, ano de implantação do Plano Real, quando a peça só foi publicada em novembro.

Bolsonaro ainda não efetuou a sanção por atrasos na discussão orçamentária com o Parlamento desde o ano passado e porque há problemas no texto gerados por responsabilidade tanto do governo -que deixou de considerar a **inflação** atualizada para calcular despesas obrigatórias, que acabaram subestimadas- como do Congresso -que aceitou os números recebidos e ainda fez outros cortes em itens compulsórios com objetivo de abrigar emendas parlamentares.

O texto prevê até a mesma pedalada que derrubou Dilma. Agora, Bolsonaro precisa vetar ao menos

parcialmente emendas parlamentares para não correr o risco de ser acusado de crime de responsabilidade contra a lei orçamentária.

Para não desagradar ao Congresso, que não abre mão de seus recursos, a estratégia demandou a costura de um acordo -o que prolongou ainda mais as discussões.

A proposta foi aprovada pelo Congresso em 25 de março. O presidente tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar o texto após recebê-lo formalmente, o que se encerra nesta quinta (22). O senador Mareio Bittar (MDB-AC), relator do Orçamento de 2021, disse na terça (20) que a sanção ficará para o último dia.

Embora a legislação tenha aberto brechas ao longo dos anos para liberar despesas mesmo sem a sanção do Orçamento, parte relevante das verbas fica sob uma trava.

AIFI (Instituição Fiscal Independente, braço do Senado que monitora as contas públicas) lembra que neste ano estavam condicionados R\$ 450 bilhões que estouravam a chamada da regra de ouro das contas públicas. O valor começaria a ter a execução impedida a partir de março. Nesse caso, a abertura dos créditos só poderia ocorrer após a publicação do Orçamento.

A regra de ouro determina que a dívida não pode superar a despesa de capital -basicamente, os investimentos. Como o governo não consegue cumprir essa norma há três anos, precisa receber aval do Congresso para se endividar e direcionar tais recursos a despesas correntes, como salários.

Com a trava, ficaram em risco pagamentos como salários do Executivo, precatórios (dívidas públicas reconhecidas pela Justiça), aposentadorias, pensões e serviços considerados essenciais como a operação de carros-pipa no Nordeste.

O governo precisou recorrer a diferentes saídas legais.

Uma foi um projeto enviado ao Congresso para trocar a forma de financiamento de parte das despesas para que elas fossem bancadas com superávits financeiros de anos anteriores.

"Neste ano, foi necessário aprovar um projeto de lei

que permitiu trocar fontes orçamentárias para viabilizar a execução provisória de gastos correntes essenciais cujas fontes eram a emissão de dívida", afirmou a IFI em relatório.

Bolsonaro sanciona projeto de lei que destravou impasse

Bernardo Caram

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta quarta (21) o projeto aprovado pelo Congresso nesta semana para resolver o impasse no Orçamento. O texto retira da meta fiscal o programa de corte de jornada e salários, o Pronampe e gastos emergenciais com saúde, além de facilitar o corte de verbas de ministérios.

Com a decisão, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, o governo dá mais um passo para destravar programas emergenciais de enfrentamento à pandemia da Covid-19 que estão bloqueados por falta de recursos.

Com a entrada em vigor da lei, o governo fica autorizado a deixar quase R\$ 100 bilhões fora da meta fiscal deste ano -esses recursos também não serão contabilizados no teto de gastos. O montante crescerá à medida que novas despesas extraordinárias forem liberadas.

O projeto sancionado altera a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021 e retira da meta de resultado primário os créditos extraordinários voltados às despesas com ações e serviços públicos de saúde, desde que identificadas em categoria de enfrentamento à pandemia de Covid-19.

Também ficam excluídos da meta os gastos com o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que permite corte de jornada e salário de trabalhadores.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>**

**04**

# 'Os rompedores do teto de gastos estão ganhando a guerra no Brasil'

**Fabrizio de Castro / BRASÍLIA**

Mesmo com a perspectiva de acordo entre governo e Congresso para sanção do Orçamento deste ano, o problema fiscal brasileiro está longe de uma solução. Esta é a avaliação do economista Nathan Blanche, sócio da Tendências Consultoria Integrada, para quem a situação fiscal do Brasil é a mais preocupante desde o governo Collor (1990-1992).

Blanche afirma que o ministro da Economia Paulo Guedes, se tornou "refém" da política e está perdendo a guerra para os "furadores de teto" - referência a políticos e outros membros do governo que defendem uma flexibilização do teto de gastos. A seguir, os principais trechos da entrevista.

I Qual é a sua visão a respeito das discussões sobre o Orçamento de 2021?

Existe um lobby, por parte deste pessoal 'fura teto' do Orçamento, que está vencendo.

É um desastre. Esses furadores de teto no Brasil estão sendo alimentados por interesses políticos. Nós nunca chegamos, afora no governo Collor, numa situação fiscal tão preocupante como agora. Estamos indo para uma situação que não tem solução. Não há força, alternativa política, que se oponha à anarquia fiscal.

I O que o preocupa?

A pressão exercida sobre a economia, que é grande. O Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro está decrescendo e, com a pandemia, o financiamento da dívida está piorando.

O resultado disso, que se repete historicamente, é que não se resolve o problema com racionalidade fiscal, mas, sim, com a expansão do déficit, que gera **inflação**. E as classes baixas são as principais financiadoras da **inflação**.

Dados da Fundação Getúlio Vargas mostram que em agosto do ano passado existiam 9 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza.

Agora, já são 27 milhões. O número triplicou. Na coalizão feita pelo presidente Jair Bolsonaro com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL),

ainda não surgiu nenhuma solução real para combater o aumento do déficit fiscal (o rombo das contas públicas).

I Com a pressão inflacionária, o Banco Central elevou a Selic (a taxa básica de juros) em março e já sinalizou novo aumento em maio. Sem o ajuste fiscal, o BC conseguirá segurar a **inflação**?

Se o governo não controlar o déficit, não segura. E a corda vai arrebentar do lado das classes mais baixas. O Brasil corre o risco de ter uma **inflação** muito mais alta. Com a expansão fiscal, baseada em déficits, o resultado é queda do **PIB** e **inflação**. Não há outro caminho. Ou você faz o controle fiscal, e gera a expectativa de que há um projeto real, ou é o caos.

I Qual é a sua avaliação sobre o ministro da Economia, Paulo Guedes?

É um grande economista, mas se tornou refém. Os 'rompedores de teto' estão ganhando a guerra.

I Guedes está sendo competente como ministro?

Não. Longe de um Pedro Malan (ex-presidente do Banco Central e ministro da Fazenda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso). Tanto é que o governo continua aumentando o desequilíbrio fiscal.

Não aprovaram nada em direção ao equilíbrio. Os integrantes da equipe econômica atual são competentes, mas não apitam nada em termos de Orçamento. São reféns dos acordos políticos. E não se esqueça de que estamos perto de um ano eleitoral.

I O dólar está alto, apesar de o Brasil estar exportando mais commodities desde o início da pandemia. O que acontece?

O câmbio hoje, de equilíbrio, seria próximo de R\$ 4,50. Tudo é culpa da insegurança fiscal.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Corte de salários deve atingir 5 milhões

**Idiana Tomazelli / BRASÍLIA**

A nova rodada do programa de manutenção do emprego vai permitir até 5 milhões de novos acordos para redução de jornada e salário ou suspensão de contrato de trabalhadores, segundo apurou o Estadão/Broadcast. O conjunto de ações trabalhistas deve ser lançado em duas medidas provisórias (MPs), a serem editadas pelo presidente Jair Bolsonaro logo após a sanção do projeto que destravou as ações de combate aos efeitos da covid-19.

Na segunda-feira, o Congresso aprovou uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que dispensou a exigência de compensação para gastos temporários, como é o caso do programa de emprego.

Além disso, o texto autoriza descontar da meta fiscal o valor gasto nessa ação. Embora não haja limite definido no projeto, a equipe econômica prevê gastar R\$ 10 bilhões com o pagamento do benefício emergencial (BEm), que compensa parte da perda salarial dos trabalhadores que fecham os acordos.

O aumento do valor a ser destinado ao programa permitiu a ampliação no número de acordos previsto para "pouco menos de 5 milhões", segundo uma fonte. Antes, a previsão era de 3,8 milhões a 4,0 milhões de trabalhadores, para uma despesa de R\$ 7,4 bilhões.

Uma das MPs vai focar nas regras da nova edição do BEm. O programa deve ser lançado nos mesmos moldes de 2020, com acordos para redução proporcional de jornada e salário em 25%, 50% ou 70%, ou suspensão total do contrato. As medidas poderão ser adotadas por até quatro meses.

Para ajudar o trabalhador, o governo pagará o benefício emergencial, calculado sobre o valor do seguro-desemprego a que ele teria direito se fosse demitido (entre R\$ 1.100 e R\$ 1.911,84). Em um acordo para redução de 50%, por exemplo, o empregado recebe 50% do salário da empresa e 50% da parcela do seguro-desemprego.

As negociações individuais valem para os trabalhadores com carteira assinada e que recebem até R\$ 3.300 ou que tenham ensino superior e ganham acima de R\$ 12.867,14.

Quem tem salário intermediário também pode negociar individualmente para reduzir 25% da jornada e do salário, mas depende de acordos coletivos,

negociados pelos sindicatos das categorias, para alterações mais radicais no contrato.

Férias e FGTS. Já a segunda MP vai concentrar as medidas trabalhistas complementares para ajudar as empresas no enfrentamento da crise. Esse texto deve ser feito nos mesmos moldes da MP 927, que no ano passado permitiu às companhias antecipar férias de forma individual (com pagamento postergado do terço de férias como medida de alívio ao caixa das firmas), conceder férias coletivas, antecipar feriados, constituir regime especial de banco de horas (com possibilidade de compensação em até 18 meses), entre outras iniciativas.

As empresas também poderão adiar o recolhimento do FGTS dos funcionários por um período de quatro meses, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

Os empregadores terão até o fim do ano para fazer o pagamento desses débitos, uma flexibilização que também havia sido adotada em 2020 e não traz prejuízo ao trabalhador.

Uma terceira MP deve abrir o crédito extraordinário, fora do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação), para os gastos com o BEm.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Orçamento: acordo não evita shutdown, diz economista

**FERNANDA TRISOTTO**  
*fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br* BRASÍLIA

O acordo entre governo e Congresso para a sanção do Orçamento é insuficiente para cobrir o buraco de R\$ 39,7 bilhões em despesas de custeio e não estourar o teto de gastos, a regra que limita o crescimento dos gastos públicos à **inflação** do ano anterior. Os cálculos foram feitos pelo economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, que produziu nota técnica sobre o assunto. Segundo ele, nos moldes do acordo fechado, o país ainda corre risco de enfrentar um shutdown, a paralisação dos serviços públicos.

O Orçamento de 2021 precisa ser sancionado até hoje. Após semanas de impasse, foi fechado um acordo que preserva R\$ 18,5 bilhões em emendas, com uma proposta que altera as diretrizes do Orçamento este ano. A mudança permite que o Executivo faça ajustes no texto mais facilmente, viabilizando a reedição do Pronampe, para crédito a empresas, e do programa de manutenção de emprego e renda (BEm).

Mendes aponta que 2021 será um ano de execução orçamentária muito difícil. A tendência é jogar mais gastos públicos para fora do limite do teto, o que pressionaria a dívida pública, e fazer bloqueios em despesas que vão afetar o funcionamento da máquina pública.

- O grande problema para fechar o Orçamento é o excesso de emendas, que nada mais é do que a captura do Orçamento por interesses eleitorais e paroquiais dos parlamentares - afirmou Mendes. - O Congresso deu preferência às prioridades dos parlamentares em detrimento das prioridades do país, que claramente são o tratamento da crise sanitária sem gerar estresse na dívida pública.

O pesquisador frisa que, se não tivessem sido negociadas emendas parlamentares acima do mínimo obrigatório - seriam R\$ 17 bilhões em emendas individuais e de bancadas, que são impositivas -, haveria uma folga orçamentária maior. O governo teria disponível R\$ 32,2 bilhões para cobrir o buraco de quase R\$ 40 bilhões, o que praticamente resolveria o problema.

Para chegar a esse rombo, o pesquisador partiu do

limite de despesas fixado pelo teto de gastos e listou os gastos obrigatórios.

## RISCO DE ESTAGFLAÇÃO

Com isso, o governo teria disponibilidade de R\$ 49,3 bilhões para as demais despesas, mas precisaria de, ao menos, R\$ 89 bilhões, considerando o padrão de gastos com despesas de custeio e investimentos feitos no ano passado.

Para cobrir esse rombo e não estourar o teto, o governo terá de promover bloqueios em despesas e remanejar recursos. Mendes aponta que os cancelamentos em emendas parlamentares não obrigatórias apenas diminuiriam o tamanho do buraco.

Para isso, outras ações teriam de ser adotadas. No texto, Mendes cita quatro medidas que foram levantadas como alternativas, que resultariam em mudanças que vão do Bolsa Família até o auxílio-doença. Juntas, elas renderiam R\$ 30 bilhões. O problema, segundo o economista, é que as negociações não indicam que todas elas seriam usadas. Na prática, a conta continuaria a não fechar. Para ele, este cenário eleva o risco de shutdown, a paralisação da máquina pública: -Um dos riscos dessa negociação é, justamente, jogar parte grande do ajuste sobre as despesas discricionárias (não obrigatórias) de manutenção da máquina para preservar as emendas. Corremos o risco de ter serviços públicos parados, mas um monte de pracinhas e quadras esportivas inauguradas no interior do país.

Para Mendes, como o governo foi ineficaz na prevenção de problemas na saúde e na economia, agora terá de gastar mais para custear políticas de socorro. Segundo ele, isso terá um custo, pois vai aumentar a dívida pública, que já está excessivamente alta. O resultado, nos cálculos do economista, será acentuar a saída de capital e a desvalorização do real, além de pressionar a **inflação** e reduzir investimentos.

- Estamos no limiar de entrar em mais uma década de estagflação - alertou.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Especialistas contradizem Salles sobre desmatamento

**BRUNO ALFANO** [bmno.alfano@extra.in fo.br](mailto:bmno.alfano@extra.in fo.br)

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, chega à Cúpula de Líderes sobre o Clima argumentando que o Brasil não é o "vilão do planeta" porque é supostamente responsável por uma fatia pequena das emissões mundiais de gases causadores do efeito estufa. No entanto, o desmatamento contínuo da Amazônia - principal responsável no Brasil por essas emissões - é uma bomba em potencial e contribui de forma relevante para o aquecimento global, dizem especialistas. Eles explicam que a Floresta Amazônica retém nas árvores e no solo uma quantidade equivalente a todo o carbono emitido pelo planeta nos últimos dez anos.

O avanço do desmatamento, afirma Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, levará o bioma a um colapso e, assim, a área se tomará uma bomba de emissão de gases estufa.

-Nesse momento, ela liberará sozinha o carbono acumulado. E aí o Brasil passará a emitir 10%, 15%, 20% de todo o carbono mundial. Todo o esforço para deter o aquecimento global terá sido em vão.

No começo de abril, Salles afirmou que o país espera ajuda para "pagar uma conta que não é nossa", referindo-se aos maiores emissores segundo números de 2018: China (26,1%); EUA (12,67%); os 27 países da União Europeia, que juntos representam 7,52%; Índia, com 7,08%; e Rússia, com 5,36%. O Brasil é o sexto maior emissor, com 3% do total.

Segundo Astrini, o desmatamento brasileiro gira em torno de 3% da floresta por ano. Em alguns anos, chegou a 2%. Em outros, subiu para 8%. Em sua avaliação, a participação brasileira na emissão de gases estufa deve crescer em 2020 devido à queda de emissão de outros países do mundo e ao aumento do desmatamento.

-Mas esse não é nem o caso. Primeiro que 3% é relevante. Essa história de irrelevância a gente já viu o que aconteceu quando o presidente chamou a Covid-19 de uma gripezinha. O fato é que as emissões do Brasil são extremamente perigosas, pois são decorrentes da destruição da Amazônia.

Na gestão de Salles, o desmatamento do bioma tem

batido recordes históricos. E, segundo Márcio Astrini, pesquisas apontam que o momento do colapso da Amazônia não está muito distante.

- Estudos do professor Carlos Nobre apontam que isso acontecerá quando o desmatamento atingir algum ponto entre 20% e 25%. Atualmente, já foi desmatado 20% do bioma. Ou seja, estamos à beira do precipício.

Paulo Moutinho, cofundador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, diz que a taxa não isenta o Brasil.

- E daí que somos 3% das emissões globais? O maior prejudicado pelo desmatamento são os brasileiros, especialmente os da Amazônia. Ela é o sistema gigante de irrigamento do agronegócio do país, que responde por 20% do **PIB**. Se Salles e o governo não se importam com o clima, vamos reduzir as emissões para salvar nossa galinha de ouro.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Diálogo falha em aproximar Biden e Bolsonaro

**JANAÍNA FIGUEIREDO**  
*janaitia.figueiredo@oglobo.com.br*

Houve uma primeira aproximação e foi possível iniciar conversas sobre políticas de combate ao aquecimento global entre os governos Joe Biden e Jair Bolsonaro, mas EUA e Brasil chegam hoje em descompasso à Cúpula de Líderes sobre o Clima. Os compromissos assumidos até agora pelo Brasil são considerados insuficientes, e qualquer ajuda econômica está condicionada a resultados rápidos, sobretudo na redução do desmatamento.

Nas palavras de Thomas Shannon, ex-subsecretário de Estado americano para o Hemisfério Ocidental e ex-embaixador no Brasil (2009-2013), "os EUA deixaram claro seu interesse em trabalhar com o Brasil, agora a bola está do lado dos brasileiros".

-A recente visita do enviado climático do governo americano, John Kerry, à China mostra que Biden quer trabalhar com todos. Por que não com Bolsonaro? A predisposição existe, mas só ficará claro se isso será realmente possível depois da cúpula -afirma.

Os EUA, destaca o veterano diplomata americano, "querem exibir compromissos ambiciosos, querem traçar resultados que possam ser alcançados e que superem o Acordo de Paris". A pressão é grande sobre todos os países que participam do encontro, e no caso do Brasil, opina Rogério Studart, ex-diretor do Brasil no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), existem dúvidas sobre o real comprometimento do governo Bolsonaro.

- O governo americano está fazendo uma real transição para uma economia sem carbono com políticas de Estado, e hoje o Brasil não tem um plano de desenvolvimento sustentável - amplia Studart, que é economista associado ao World Resources Institute (WRI), centro de estudos sobre desenvolvimento sustentável de Washington.

## TESOUROLANÇAPLANO

Ele destaca o lançamento nesta semana de uma estratégia sobre mudanças climáticas pelo Tesouro americano, que prevê, entre outras iniciativas, mobilizar fontes de financiamento para investimentos sustentáveis no país e no exterior. A novidade foi vista

pelo especialista como a confirmação de que Biden está decidido a engajar todo o seu governo na cruzada por uma retomada verde da economia global.

Na cúpula de hoje e amanhã, a Casa Branca quer ter clareza sobre que governos estão dispostos a assumir compromissos ambiciosos, indo além das metas anunciadas sob o Acordo de Paris, e, em contrapartida, tornarem-se potenciais parceiros. Studart ressalta a expressão "mobilizar recursos" no **comunicado** do Tesouro americano, já que "não se trata apenas de financiar e sim de usar mecanismos disponíveis para ampliar recursos".

No Brasil, o especialista vê movimentos positivos no Ministério da Economia e no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), onde equipes já trabalham com conceitos de sustentabilidade, por exemplo, em áreas de infraestrutura. Não se trata de falta de técnicos capazes, diz, mas sim de falta de política de Estado, de rumo institucional.

-Falta uma visão de que esse é um caminho bom para o Brasil, que é inclusive um bom negócio. Primeiro de parte do Estado, do governo e agências econômicas. Depois surgem as parcerias com o setor privado - explica Studart.

Se o assunto fosse futebol, o Brasil teria um bom time, mas faltaria uma estratégia para ganhar o campeonato. Já o governo Biden, diz o especialista, "está correndo, tem time, tem treinador e quer ser campeão".

Em trabalho publicado no ano passado, o WRI estimou que, se o Brasil adotasse o desenvolvimento sustentável como política de Estado, o **PIB** do país poderia crescer em US\$ 500 bilhões até 2030. No mesmo período, poderiam ser criados mais de 2 milhões de empregos. Somente em investimentos para reflorestar a Amazônia, os recursos que seriam injetados gerariam muitos postos de trabalho.

-O Brasil montou a agenda climática global desde os anos 1970, mas hoje o país transmite a imagem de estar à deriva. A esperança que existe é de que a cúpula faça o governo Bolsonaro acordar e perceber o quanto pode ficar isolado - afirma o especialista.

As conversas iniciadas há algumas semanas entre os

governos Biden e Bolsonaro ocorrem num clima de cordialidade, segundo fontes de ambos os lados. Mas as divergências são evidentes e tomam inviável, em curto ou médio prazo, qualquer tipo de acordo de ajuda financeira, como pretende o Planalto. A demanda é mostrar uma queda expressiva no desmatamento já em 2021. Por isso, só declarações de boas intenções não bastam.

- Hoje não vejo tensão, houve uma mudança de narrativa por parte do Brasil. Agora, o que realmente vai ser executado é outra história. É preciso anunciar uma política clara de combate aos atos ilícitos na Amazônia - afirma Rubens Barbosa, ex-embaixador brasileiro em Washington.

### COBRANDO RESULTADOS

Para o diplomata, "dependendo das medidas que forem adotadas pelo Brasil e dos resultados obtidos, poderá eventualmente haver uma contrapartida americana".

Até agora, os dois lados acreditam que o tom das conversas tem sido construtivo. Mas, do lado brasileiro, algumas fontes que acompanham de perto o embrionário diálogo admitem que a sensação que predomina em Brasília é a de que, enquanto Bolsonaro for presidente, pouco se avançará, pela má imagem do governo brasileiro. Nada acontecerá, certamente, enquanto o governo Bolsonaro não entregar resultados.

### CÚPULA DE LÍDERES TEM OBJETIVOS CLIMÁTICOS E POLÍTICOS

Por que Biden convocou a cúpula?

A conferência é o principal palanque da Casa Branca para reivindicar um protagonismo inédito no quesito ambiental e na diplomacia climática. Trata-se de uma tentativa de Biden de aumentar a credibilidade americana perante o mundo após quatro anos de reveses durante a gestão do ex-presidente Donald Trump, que abandonou o Acordo de Paris sobre o clima.

Quais são os objetivos do evento?

A expectativa de Biden é convencer as nações participantes a apresentarem compromissos ambientais mais ambiciosos até a COP-26, conferência ambiental da ONU que ocorrerá a partir de 1º de novembro em Glasgow, na Escócia. Buscando servir de exemplo, os americanos devem anunciar uma meta atualizada para reduzir suas emissões de gases do efeito estufa em ao menos 50% até 2030, em relação aos níveis de 2005. O novo objetivo é quase

o dobro do anunciado pelos EUA no âmbito do Acordo de Paris, quando prometeram reduzir as emissões desses gases, responsáveis pelo aquecimento global, entre 26% e 28% até 2025.

Como funciona o Acordo de Paris?

Firmado durante a COP-21, em 2015, o Acordo de Paris é um tratado internacional vinculante sobre mudanças climáticas que possui 196 signatários. Seu objetivo central é limitar o aquecimento global a até 2°C em comparação aos níveis pré-industriais - e, idealmente, mantê-lo inferior a 1,5°C. Para isso, cada Estado se comprometeu com metas voluntárias para reduzir suas emissões, prevendo revisões mais ambiciosas a cada cinco anos.

Por que o protagonismo dos EUA seria inédito?

Os americanos raramente estiveram na dianteira das negociações climáticas. Nos anos 1990, foram uns dos raros países a não assinarem o Protocolo de Kyoto, o primeiro grande pacto para a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. Em 2015, Barack Obama teve papel-chave no Acordo de Paris, mas a falta de maioria no Congresso o impediu de apresentar metas mais contundentes.

Quais foram os reveses ambientais americanos nos últimos quatro anos?

Trump justificou sua saída do Acordo de Paris afirmando que os termos do pacto eram prejudiciais à economia nacional. Em paralelo, os republicanos flexibilizaram os limites de emissão para carros e caminhões, além de adotarem regras menos rígidas para as usinas energéticas e as indústrias do gás e do petróleo. Os EUA também não ratificaram a Emenda de Kigali, adendo ao Protocolo de Montreal que busca reduzir a emissão de gases usados em aparelhos de refrigeração que têm efeito estufa.

E o que os americanos pretendem fazer para recuperar o tempo perdido?

Biden retornou ao Acordo de Paris no dia de sua posse, e desde então tem o meio ambiente como agenda prioritária. Simultaneamente, lançou um pacote de medidas para reduzir as emissões, deu incentivos à economia verde e criou o cargo de enviado climático, ocupado pelo ex-secretário de Estado John Kerry. Os democratas também prometeram ratificar a Emenda de Kigali.

Quem é o maior adversário de Biden na liderança ambiental?

A China, que desenvolveu uma cadeia de suprimentos

para energias renováveis incomparável, sendo responsável pela produção de mais de 60% das placas solares fotovoltaicas do planeta e detentora de 30% das patentes na área. O presidente Xi Jinping anunciou um vago plano de chegar à neutralidade do carbono até 2060 - um dos objetivos de Biden com sua cúpula é fazer Pequim formalizá-lo. A China é, hoje, responsável por mais de um quarto das emissões de gases poluentes do planeta.

Como é a relação sino-americana na questão?

O meio ambiente é mais uma faceta de sua disputa geopolítica, apesar de Washington e Pequim terem concordado com a necessidade de maior colaboração ambiental após uma visita de Kerry a Xangai. Enquanto os chineses acusam os EUA de terem atrasado o cumprimento do Acordo de Paris com sua saída do pacto, os americanos afirmam que não vão deixar Pequim usar sua tecnologia como moeda de troca nas relações com outros países.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Retomada mais lenta e incerta

**Alex Ribeiro e Arícia Martins**

A segunda onda da covid-19 atingiu o país quando a economia começava a se recuperar, no início do ano. O provável retorno da recessão, porém, tende a ser menos intenso que a contração ocorrida no ano passado. Famílias e empresas teriam aprendido a conviver com a pandemia e há certo cansaço com as medidas de isolamento social.

Além disso, a retomada da atividade deve ser mais lenta e incerta do que a verificada em 2020, uma vez que, agora, a pandemia vem acompanhada de uma crise nas contas públicas, aumento da incerteza política e alta da **inflação**, o que força governo e Banco Central a retirarem estímulos fiscais e monetários.

O desempenho da economia depende, ainda, de não haver retrocessos, como a vinda de uma terceira onda da pandemia, causada pelo relaxamento das medidas de distanciamento social. Economistas alertam que a abertura muito rápida dos negócios pode levar ao aumento de casos e, portanto, a um novo baque na atividade. A recuperação mais forte do varejo e dos serviços, observada em janeiro e fevereiro, elevou o recuo esperado da atividade no começo deste ano, mas os dados de março já mostram retração, tendência que deve prosseguir em abril, segundo o Ibre-FGV. Páginas A9 e A10

**Site: <https://valor.globo.com/impreso>**

# Seguros e omissões no PLDO do ano eleitoral - FABIO GRANER

**FABIO GRANER**

Escaldado pela terrível experiência do Orçamento de 2021, o governo enviou o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 (PLDO) com uma série de regras para facilitar a execução dos gastos públicos, caso o Congresso não aprove a peça orçamentária do ano eleitoral. Acendeu-se, assim, a luz amarela se o texto teria um viés eleitoreiro, ao permitir, por exemplo, a execução de investimentos, mesmo sem Orçamento aprovado.

Experientes observadores do tema ouvidos pelo Valor apontam, porém, que os mecanismos teriam cie fato um viés de precaução da área técnica e não qualquer outra motivação. E consideram que a repetição do vexame ocorrido neste ano é improvável, justamente por causa das eleições.

Uma dessas fontes, que por muito tempo esteve no governo, mostrou levantamento comas datas de sanções dos orçamentos desde 2002. Em anos de eleição geral, apenas em 2006 o Orçamento se arrastou por tanto tempo além do prazo normal, sendo assinado pelo presidente em maio daquele ano.

Além disso, apontam os especialistas, a regra de impositividade das emendas parlamentares reforçaria a tendência favorável à aprovação dentro do prazo (dezembro), dado que deputados e senadores querem entrar o ano já executando suas ações. Por isso, acreditam, o Orçamento cie 2022 será aprovado ainda em 2021.

Esses interlocutores lembram ainda que não é a primeira vez que o governo tenta emplacar regras que facilitem a execução cio Orçamento na chamada "antevigência". Mas os parlamentares sempre cortaram essas maiores liberalidades, que enfraqueceriam o controle do Congresso sobre o gasto público.

Além de liberar parcialmente as despesas de investimento antes do Orçamento aprovado, o PLDO 2022 altera as regras de execução de restos a pagar e facilita a antecipação de despesas que só ocorreriam após a sanção presidencial. Embora já se possa fazer isso hoje, a leitura cie especialistas é que a medida dá mais segurança para o Tesouro autorizar esses gastos. O órgão também nega motivação eleitoreira e

salientou ao Valor que o principal objetivo é "aprimorar a transparência para a sociedade e para os órgãos do Executivo dos procedimentos a serem observados".

O Tesouro destacou que essa execução não vai comprometer o cumprimento da meta de resultado primário e a regra do teto de gasto. "Observa-se ainda a previsão de que os limites financeiros serão considerados como antecipação do cronograma anual a ser editado posteriormente, após a publicação da LOA (previsão na LRF), portanto, não tem o condão de agilizar gastos em ano eleitoral, e sim de estabelecer fluxo transparente e regular dos pagamentos", disse.

Sempre rico em informações, o PLDO-2022 não trata cia possibilidade de a pandemia cie covid-19 continuar. E não dá orientação para o Orçamento lidar com esse cenário, destacou ao Valor o consultor legislativo do Senado Vinícius Amaral.

"Não há nenhuma previsão cie políticas relacionadas à pandemia, para que o país priorize o enfrentamento e também a recuperação nas áreas de saúde, educação, emprego e assistência social", disse Amaral. "Vamos precisar de políticas para recuperação da educação. Há risco cie toda uma geração ficar com déficit de aprendizado e não se fala nada disso. Não se fala dos riscos de sequelas geradas pela covid e cie outras consequências de médio e longo prazo."

O consultor de orçamento da Câmara Ricardo Volpe não vê como um problema o PLDO não tratar da pandemia, pois ainda não há como precisar quais serão as necessidades relativas a essa questão em 2022. Porém, ele ressalta a necessidade de o país ter uma estratégia de um a dois anos para o pós-pandemia.

"Precisa ter um plano, como previsto na Constituição, e aí ele ser integrado no Orçamento. O ideal seria fazer isso junto com o plano de revisão de benefícios tributários, que em grande parte não servem para nada, e o que arrecadar mais vai para esse programa pós-covid", sugere.

O alerta desses analistas sobre planejar como o país vai lidar com o futuro pós-pandemia merece ser levado em conta pelo governo e pela sociedade, ainda que o presente siga dramático. O excesso de improviso já custou muitas vidas. Infelizmente, ainda vai custar

mais. Se há tanta preocupação do presidente Jair Bolsonaro em fazer a economia funcionar, que ele se atente então para a necessidade de se preparar os próximos passos de reação ao vírus e a etapa seguinte, quando casos e mortes despencarem. Talvez seja pedir demais dele, mas não custa sonhar.

Mudando de tópico, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara começou a dar andamento para a reforma administrativa. O tema é tão polêmico que já houve atrito na última sessão sobre a quantidade de audiências públicas a serem feitas na CCJ, inicialmente prevista para sete reuniões, com início na próxima terça-feira. A oposição, porém, quer mais sessões.

Essa reforma é uma das apostas da agência da equipe econômica para este ano e também conta com apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que colocou pressão sobre a CCJ.

Mas há críticas de mérito ao projeto. Artigo publicado no site Brasil Debate pelos economistas Jefferson Fraga, da PUC-MG, Helder Ferreira e José Oreiro, da UnB, aponta que a proposta não resolve as distorções existentes no serviço público e pode até agravá-las. Segundo eles, a PEC parece ter apenas foco na questão fiscal e deixaria de fora as maiores fontes de distorções: militares, juízes, Ministério Público e parlamentares.

Ao Valor Oreiro destacou que é preciso cuidado com as mudanças na estabilidade e no estágio probatório de dez anos, que trariam riscos de todo tipo de ingerência na autonomia de trabalho dos servidores, o que vale não só para as carreiras típicas de Estado. "Corremos risco de voltar para a República Velha", disse. Ele também salientou que o gasto com pessoal no Brasil não é alto para padrões internacionais e tem ficado estável em proporção do **PIB** há muito tempo.

Que as críticas que estão surgindo sirvam para aperfeiçoar as propostas do governo, e não simplesmente para paralisar a discussão. Há muito o que se melhorar no serviço público brasileiro e isso é tarefa urgente.

Fabio Graner é repórter em Brasília. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Ribamar Oliveira E-mailfabio.graner@valor.com.br

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Teto é positivo para qualquer nível de dívida, diz Pêrsio Arida

**Victor Rezende e Bárbara Pombo**

Um relaxamento da regra do teto teria como consequência uma expansão dos gastos públicos na direção errada. A afirmação é do economista Pêrsio Arida, que, na Live do Valor, saiu em defesa do teto de gastos para o melhor funcionamento do país e das políticas públicas. O argumento de que a regra deve ser mantida porque a dívida está em níveis elevados, porém, foi criticado pelo economista. "Do ponto de vista do funcionamento do Estado brasileiro, você tem defesa do teto de gastos que independe da dívida. Se a dívida fosse de 100% ou 75%, ou mesmo 65% do **PIB**, eu defenderia o teto de gastos da mesma maneira."

A discussão recente em tomo do Orçamento, inclusive, foi apontada como justificativa por Arida para a manutenção da regra do teto. "Você não vê nenhum lobby para ampliar os gastos com ciência e tecnologia, em favor da cultura brasileira, que são funções precípuas do Estado. Você vê lobby para aumentar gastos com funcionários; com investimentos, que interessam ao setor privado; com emendas parlamentares; com reduções tributárias."

Ex-presidente do Banco Central e do BNDES, Arida acredita que o cerne do problema a ser enfrentado pelo Brasil é "fazer um esforço crítico para resolver a estrutura dos gastos". Na avaliação do economista, o fenômeno do patrimonialismo se mostra mais intenso em solo brasileiro do que em outros países e se contrapõe a uma realidade de elevada desigualdade social. Nesse sentido, o economista defendeu a continuidade do teto de gastos. "Sabemos que, se você liberar o teto, a expansão vai ser mim. Vai ser mais um fenômeno de apropriação", afirmou.

Arida se mostrou contrário a um aumento da carga tributária como uma saída para diminuir o nível de endividamento e afirmou esperar que o problema na estrutura de gastos brasileira seja endereçado no próximo governo. Durante a "live", teceu críticas ao governo Bolsonaro e disse não ter "esperança nenhuma" com relação à atual administração. "Tenho esperança de que o novo presidente consiga colocar o país no rumo certo."

Para ele, rede de proteção social, simplificação tributária, abertura da economia e teto de gastos são

algumas diretrizes sobre as quais existe consenso entre as candidaturas de centro que têm se desenhado no momento para as eleições presidenciais de 2022. "Em alguns pontos, mais, e, em outros, um pouco menos [de consenso], mas o fato é: Bolsonaro está completamente fora desse bloco de ideias consensuais. E espero, sinceramente, que o antibolsonarismo esteja em 2022 como o antipetismo esteve em 2018. Bolsonaro e seu governo foram um descaminho para o Brasil."

Arida, que coordenou o programa econômico de Geraldo Alckmin (PSDB), na eleição presidencial de 2018, disse que a ideia de uma candidatura da "terceira via" está desgastada, mas ele espera que as forças de centro e centro-esquerda se unam para enfrentar Bolsonaro em 2022. Ele tem simpatia pelos tucanos Tasso Jereissati (senador pelo Ceará), João Doria (governador de São Paulo) e Eduardo Leite (governador do Rio Grande do Sul).

Apontada por Arida como um ponto consensual entre as candidaturas de centro, a abertura comercial é vista como primordial pelo economista para o ganho de produtividade no Brasil. "Não tem um emergente que tenha crescido rapidamente sem ter uma economia aberta. Espero que o próximo governo faça uma política de abertura efetiva para que o Brasil consiga avançar", defendeu.

Ele também rebateu a ideia de que uma abertura maior da economia poderia "quebrar" a indústria nacional. Essa ideia, na visão de Arida, é uma "subestimação da capacidade empresarial brasileira". O economista apontou que a competitividade externa tende a aumentar a interna e, como exemplo, citou a Embraer.

Nesse contexto, Arida também defendeu a privatização de estatais e disse ser "muito difícil" assegurar que interesses patrimoniais deixem de dominar o gasto público e a estrutura tributária. "É difícil, mas dá para fazer. Um novo presidente, com nova equipe econômica, uma que seja boa, dá para fazer. Nas estatais tem o lobby dos funcionários, dos parlamentares, dos fornecedores das estatais... Não tem outra solução que não seja a privatização", disse.

"O presidente que quer privatizar, que diz que é decisão de governo, faz andar. Bolsonaro não acabou

nem com as estatais criadas pela Dilma."

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Para Ibre/FGV, país atravessa período de estagflação

**Arícia Martins**

A recuperação mais forte do varejo e dos serviços observada em janeiro e fevereiro deve amenizar o recuo previsto para a atividade no começo do ano, mas a situação econômica segue piorando no país. A avaliação é do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), que vê um quadro de estagflação no curto prazo.

Na edição deste mês do Boletim Macro, antecipada ao Valor, o Ibre/FGV revisou a projeção para o comportamento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no primeiro trimestre, que deve cair 0,2% sobre o último trimestre de 2020, feitos os ajustes sazonais. A estimativa anterior era de redução de 0,5%. Os dados de março, porém, já mostram recuo expressivo no varejo e nos serviços, tendência que deve continuar em abril, destaca a entidade.

"No curto prazo, temos um cenário de estagflação, com piora na atividade econômica e no mercado de trabalho, mas com uma **inflação** muito pressionada, rodando bem acima da meta do Banco Central", apontam Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada do Ibre/FGV, e Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro, na abertura do documento.

A situação das contas públicas e a evolução da pandemia são outras fontes de preocupação, acrescentam os pesquisadores, e ainda há muitas incertezas sobre a disponibilidade de vacinas no segundo trimestre. "Não surpreende, portanto, que os ativos brasileiros sigam tão desvalorizados, não acompanhando a recuperação que se vê nos mercados internacionais há algum tempo", observam Castelar e Silvia.

Os dois economistas notam que, enquanto as últimas semanas confirmaram um ambiente favorável para o crescimento da economia mundial, com destaque para os países desenvolvidos e a China, o Brasil caminha em sentido contrário.

Por ora, o Ibre mantém as previsões de alta de 3,2% do **PIB** em 2021 e de 2,4% em 2022, mas Silvia e Castelar ressaltam que a expansão estimada para este ano será inferior ao carregamento estatístico deixado por 2020, de 3,6%. Já para o ano que vem, o

crescimento esperado está em linha com a herança estatística projetada. "Ou seja, a recuperação brasileira está muito aquém do que seria possível e necessário."

Para a coordenadora, a segunda onda prejudicou uma trajetória positiva que ainda poderia estarem curso. "Não estou dizendo que estaríamos sem fraturas e desafios à frente, mas teríamos uma visão mais otimista do que o momento atual", afirma a economista, observando que as medidas de isolamento impuseram uma segunda rodada de deterioração à situação já fragilizada de empresas e famílias.

Na seção sobre atividade do boletim, Silvia e os economistas Marina Garrido e Mayara Santiago apontam que, com o recrudescimento da pandemia, o ritmo lento de vacinação e a perda do poder de compra das famílias, devido à fraqueza do mercado de trabalho e ao choque inflacionário, a expectativa para março e abril é de piora em todos os setores.

Em uma prévia com dados coletados até 14 de abril, os indicadores de confiança do Ibre/FGV recuperaram parcialmente as perdas expressivas observadas em março, mas as sondagens sinalizam perspectivas não muito animadoras para os próximos meses, afirmam os pesquisadores Rodolpho Tobler e Viviane Seda na seção do documento sobre os índices de sentimento.

Em quesito especial aplicado no mês passado, cerca de 25% dos consumidores que moram em grandes capitais afirmaram que têm dívidas em atraso. Nas faixas de menor renda, esse percentual atingiu 44,4% das famílias, destacam Tobler e Viviane. Para eles, esses dados sugerem que a nova rodada de auxílio emergencial pode ajudar a enfrentar a crise, mas não será suficiente para diminuir o endividamento acumulado desses consumidores.

Já do lado das empresas, apesar do sinal positivo da prévia, os economistas observam que a percepção sobre o momento presente segue bastante afetada pelas medidas restritivas à circulação. "Para voltar ao caminho de recuperação da confiança é preciso a continuidade e aceleração do programa de imunização e medidas que ajudem as empresas e os consumidores a se manterem "vivos" até ser possível retornar a um processo de flexibilização e recuperação

da atividade", comentam Tobler e Viviane.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Efeito estatístico vai provocar ilusão de crescimento em março e abril

**Lucianne Carneiro**

Apesar da piora da pandemia, o desempenho dos principais setores da atividade econômica nos meses de março e abril (indústria, serviços e comércio) deve apresentar taxas positivas, na comparação interanual, frente a igual mês de 2020. Em alguns casos, até mesmo de dois dígitos. Isso ocorrerá não por causa do nível de atividade econômica, e sim graças a um efeito estatístico: esses foram os piores meses de atividade econômica no início da pandemia, o que provoca uma base de comparação muito depreciada.

A deterioração do cenário diante de mais medidas restritivas para conter o vírus ficará clara na série com ajuste sazonal - que compara o resultado em relação ao mês imediatamente anterior. O efeito estatístico também vai aparecer no dado do Produto Interno Bruto (**PIB**) na comparação do segundo trimestre ante o resultado de um ano antes.

Especialistas apontam que a retração da atividade nos indicadores de indústria, serviços e comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) será menos intensa que a observada no início da pandemia no país, já que há um menor grau de isolamento social agora e também uma adaptação melhor das empresas à pandemia, com expansão do e-commerce e outras soluções para minimizar a perda de demanda.

"A partir de março, teremos taxas positivas na comparação interanual em indicadores como serviços, indústria e varejo ampliado. É preciso ver com cautela esse crescimento, na verdade inflado pelo efeito estatístico. São informações conflitantes com o movimento na margem, de queda, devido às medidas de restrição de governos locais para conter a expansão do vírus", afirma o economista da LCA Consultores Lucas Rocca.

A projeção da consultoria prevê, em março, alta de 9,8% da indústria geral ante igual mês de 2020 e queda de 2,9% frente fevereiro de 2020. O movimento também é observado, considerando as mesmas bases de comparação, nas estimativas da Ativa Investimentos (5,8% e -4,1%), MB Associados (8,3% e -3%) e Tendências Consultoria (7,7% e -5,3%).

Para o volume de serviços, a expectativa da LCA

Consultores é de alta de 4,6% em relação a março de 2020 e recuo de 2,8% ante fevereiro. O varejo ampliado (inclui construção civil e automóveis) deve crescer 5,6% em relação a março de 2020, mas cair 12,4% na comparação com fevereiro. Lucas Rocca explica que a exceção nesse comportamento será no varejo restrito, em que as vendas de supermercados têm peso maior e tiveram forte alta no início da pandemia, com muita gente comprando a mais para fazer estoque em casa.

"Teremos uma pequena bagunça estatística, com números muito fortes no interanual e queda na margem", diz o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, lembrando como exemplo que a produção de automóveis foi praticamente paralisada e que agora deve ter "crescimento estratosférico" em razão do efeito estatístico. Em abril de 2020, foram produzidos apenas 1.800 veículos, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), número ínfimo frente as 267 mil unidades de abril de 2019.

Economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez ressalta que os principais indicadores chegaram a "um abismo" no início da pandemia, o que provoca as taxas positivas na comparação com igual período do ano passado, mesmo com os processos de fechamento na indústria, no comércio e nos serviços ocorrido mais recentemente devido à piora da pandemia. "A dinâmica desses setores está interligada, responde por mais de 90% do **PIB**, uma coisa puxa a outra", diz.

Na avaliação da economista Alessandra Ribeiro, diretora da Tendências Consultoria, percebe-se também influência da maior adaptação das empresas ao cenário da pandemia, além do efeito estatístico. "O que se viu em 2020 foi uma parada brusca. Agora, o isolamento foi menor e as empresas se adaptaram, com soluções de e-commerce e delivery mais azeitadas. Com novos processos, há alguma continuidade de demanda e oferta."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

# Gasto com emendas deve chegar a R\$ 37 bi

Com o acordo entre governo e Congresso para resolver o impasse político em torno do orçamento de 2021, o volume de emendas parlamentares ainda deve ficar em um patamar de R\$ 37 bilhões, recorde na comparação com anos anteriores, conforme levantamento do jornal Estadão com dados do Siga Brasil, do Senado.

Na segunda-feira, o Congresso aprovou projeto para solucionar a disputa em torno da sanção do orçamento - em março, a peça a ceita subestimou despesas obrigatórias, como Previdência e seguro-desemprego, e elevou as emendas - que são recursos que o deputado ou o senador envia para seu reduto eleitoral - a volume recorde.

O presidente Jair Bolsonaro tem até hoje para sancionar o texto. A ministra-chefe da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, afirmou que Bolsonaro deve vetar R\$ 10,5 bilhões em emendas do relator do orçamento, de um total de R\$ 29 bilhões de recursos com esse carimbo. Se isso ocorrer, o volume de emendas parlamentares obrigatórias ficaria em R\$ 36,9 bilhões.

Nos bastidores do Legislativo, parlamentares e técnicos afirmam que o veto nas emendas do relator pode ser de até R\$ 13 bilhões. Nesse caso, as emendas vão totalizar R\$ 34 bilhões. A cúpula do Congresso não aceita veto maior do que esse, pois o corte atingiria verbas de interesse direto dos deputados e senadores e não apenas aquelas solicitadas por ministérios. Na prática, os parlamentares não aceitam diminuir o patamar de emendas do ano passado, quando foram autorizados R\$ 36 bilhões.

O projeto aprovado na segunda-feira foi sancionado ontem por Bolsonaro. A proposta dá aval para o Executivo bloquear as despesas discricionárias, aquelas sob controle dos ministérios, em montante suficiente para atender as despesas obrigatórias, subestimadas na aprovação do orçamento pelo Congresso. Conforme o relator da proposta, deputado Efraim Filho (DEM-PB), o bloqueio será feito por decreto e ficará em R\$ 9,5 bilhões.

Teto

A proposta também autoriza que despesas relacionadas à pandemia fiquem de fora do teto de gastos e da meta de resultado primário, sem limite de valor. Cerca de R\$ 125 bilhões devem ficar de fora das

duas principais regras fiscais - a primeira impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação** e a segunda limita um teto para o rombo nas contas públicas no ano.

Receberam permissão para serem descontadas do teto despesas para a área de saúde, uma nova linha de crédito subsidiado para micro e pequenos negócios e a reedição do programa que permite às empresas cortarem salários e jornada ou suspenderem contratos dos trabalhadores.

Após o desfecho em torno do orçamento deste ano, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na terça-feira que os gastos que vão ficar de fora do teto estão relacionados a medidas de combate ao agravamento da pandemia.

- Teremos em 2021 o mesmo protocolo de 2020 - afirmou, em coletiva de imprensa virtual.

- Neste ano, teremos um foco maior e com mais moderação nesses gastos que, embora sejam extrateto, obedecem o protocolo da responsabilidade fiscal. Somente gastos com saúde e para preservar empregos estão no extrateto - completou o ministro.

O bloqueio em parte das verbas dos ministérios e o veto em parcela das emendas aliviarão o orçamento em no mínimo R\$ 20 bilhões. Há dúvidas, porém, se a estratégia será suficiente para que as despesas continuem num patamar que não fure o teto. A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado aponta rombo de R\$ 31,9 bilhões no teto. A Consultoria da Câmara projeta insuficiência menor: R\$ 21,3 bilhões.

O cenário deve levar o governo a bloquear despesas dos ministérios durante o ano, inclusive aquelas indicadas por emendas parlamentares, para cumprir as regras e priorizar as despesas obrigatórias, de acordo com técnicos ouvidos pelo Estadão. No primeiro alvo, estão verbas colocadas sob o guarda-chuva dos ministérios por indicação dos parlamentares, mas que não receberam o carimbo de emendas obrigatórias, um total de R\$ 3,4 bilhões.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

# Congresso começa a analisar projeto da LDO para 2022

Ainda em meio às discussões sobre o Orçamento de 2021, o governo federal já planeja suas contas para o próximo ano. Além de apontar os gastos mais importantes para 2022 e as regras para a elaboração do Orçamento, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 (PLN 3/2021) traz uma série de projeções do governo para o ano que vem, para itens como salário mínimo (R\$ 1.147): **inflação** (3,5%); crescimento do **PIB** (2,5%); e previsão de rombo nas contas públicas de mais de R\$ 170 bilhões. Encaminhado ao Congresso Nacional no dia 15, o projeto precisa ser votado - e eventualmente alterado - por senadores e deputados federais até o dia 17 de julho.

As consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado, em trabalho conjunto, elaboraram um informativo com dados e informações sobre o projeto da LDO. No documento, os consultores observam que, diferentemente da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, o projeto da LDO de 2022 não aborda, de forma separada, os riscos que podem afetar receitas, despesas e dívida pública devido aos efeitos da pandemia - o que, conforme o estudo, pode afetar as projeções de crescimento da economia.

"Apesar da expectativa do Poder Executivo de um crescimento do **PIB** [Produto Interno Bruto] em 3,2% neste ano e sua projeção de 2,5% para 2022, a pandemia continua se alastrando em 2021, aumentando as incertezas sobre o cenário das finanças públicas em 2022.

Por outro lado, o avanço da vacinação e o pagamento do novo auxílio emergencial poderão ajudar na melhoria do ambiente econômico, diminuindo os efeitos negativos da pandemia e dando suporte ao alcance da meta projetada de crescimento do **PIB**."

No projeto, o governo federal calcula um déficit primário de até RS 170,473 bilhões para 2022. o que corresponde a 2% do **PIB**. O déficit primário indica quanto o governo gasta acima do que arrecada, sem contar as despesas com a dívida pública. Se for confirmado esse rombo, o país chegará ao nono ano seguido de contas públicas no vermelho.

Apesar de mais um resultado negativo para o próximo ano, o déficit previsto para 2022 é inferior à meta de

R\$ 247,1 bilhões estipulada para este ano. No ano passado, com os gastos extraordinários para combater a pandemia, o governo registrou um déficit fiscal recorde de RS 743 bilhões.

**Site:**

[https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano\\_14\\_edic\\_a\\_o\\_3171](https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3171)

# Orçamento destravado

O presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto de lei que libera a reedição de medidas econômicas contra a pandemia da Covid-19 e viabilizou o acordo para o Orçamento de 2021, que precisa ser sancionado até amanhã.

A alteração das diretrizes orçamentárias para esse ano retira a exigência de compensação para despesas temporárias. É isso que vai possibilitar que o governo retome ações como a medida provisória 936, que criou o programa de manutenção do emprego e renda (BEm), e o Pronampe, uma linha de crédito específica para pequenas empresas.

O Ministério da Economia estima que as duas medidas custarão R\$ 15 bilhões - são R\$ 10 bilhões para o programa que permite a redução de jornada e salário e a suspensão de contratos de trabalho e R\$ 5 bilhões para os empréstimos. A proposta inicial do governo apenas alterava um dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 para permitir a execução de projetos com duração apenas no ano corrente sem a necessidade de apresentar medida compensatória para a despesa.

Isso permitiria editar as ações fora do teto de gastos, a regra que limita o aumento das despesas da União à **inflação**, mas ainda exigiria a observância da meta fiscal. O texto final, no entanto, retirou os gastos com a pandemia -como as despesas de saúde, do Pronampe e do BEm- da meta do resultado das contas públicas para 2021. Dessa forma, o governo não terá de modificar a meta para acomodar esses novos gastos. Para esse ano, é previsto um déficit de R\$ 247 bilhões. Os R\$ 44 bilhões do auxílio emergencial já estavam fora da meta fiscal.

O texto também autoriza que o Executivo faça bloqueios dos gastos livres e investimentos no valor necessário para cobrir as despesas obrigatórias.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# O desemprego como radiografia da sociedade (3)

**LUIZIANNE LINS DEPUTADA FEDERAL**

Os sombrios impactos da pandemia na economia e no emprego se confirmaram em 2020: queda do **PIB** de -4,1% e taxa de desemprego de 13,5%. Em janeiro de 2021, o IBGE contabilizou 14,3 milhões de desempregados no Brasil. A falta de planejamento do governo Bolsonaro para deter a "gripezinha" tornou mais remoto o cenário de recuperação do mercado de trabalho em 2021.

Os trabalhadores são as maiores vítimas da crise. Fragilizados pela destruição da CLT, desamparados pela reforma da previdência e, agora, acossados pelo desemprego em meio à pandemia de covid-19. Foram menos 3,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, em janeiro de 2021, o que mantém o mercado informal como a principal estratégia de sobrevivência dos trabalhadores.

Uma situação social desesperadora, que mostra a fragilidade da vida dos milhões de brasileiros que sobrevivem na informalidade e se expõem à contaminação devido à falta de uma renda mínima assegurada. Milhões de brasileiros expostos àquela morte Severina de que fala o poema de João Cabral de Melo Neto: "(.) de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença, é que a morte Severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida)".

Nessa conjuntura infernal, as velhas desigualdades foram acentuadas: mulheres, jovens e pessoas pretas foram mais atingidas. As mulheres estão sobrecarregadas com os cuidados familiares: trabalho fundamental, mas ainda não reconhecido pela sociedade. O IBGE estima que, em 2019, as mulheres dedicaram, em média, 21,4 horas semanais aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, contra 11 horas dos homens. Essa carga tem aumentado e está associada à discriminação no mercado de trabalho. A Pnad mostra que a ocupação de mulheres de 25 a 49 anos com crianças de até três anos em casa é de 54,6%, enquanto o das que vivem em domicílios sem crianças nessa faixa etária é de 67,2%.

Vale lembrar que, no Brasil, milhões de mulheres ainda ganham apenas 77,7% do rendimento dos homens. Se o melhor indicador de desenvolvimento de uma sociedade é a forma como vivem as mulheres, então, nosso país está atolando no lamaçal do atraso.

Por isso, as políticas públicas de proteção à vida e à saúde dos trabalhadores são fundamentais para reduzir as desigualdades e criar oportunidades no mercado de trabalho. Não podemos aceitar o falso dilema "saúde ou trabalho". Isso é parte da farsa do governo Bolsonaro para ocultar a combinação de incompetência e crueldade que vem ceifando vidas e ocupações.

LUIZIANNE LINS DEPUTADA FEDERAL

**Site: [https://issuu.com/oestadoce/docs/22-05\\_a44559824b19c5](https://issuu.com/oestadoce/docs/22-05_a44559824b19c5)**

# Lei pode eliminar distorções dos preços de aluguéis (2)

**Kênio Pereira**

Acrise provocada pela pandemia tornou crítica a situação dos locatários que perderam seus empregos ou tiveram seus rendimentos reduzidos em decorrência de inúmeras empresas terem sido impedidas de funcionar.

A situação tornou-se mais grave com a disparada do IGP-M a partir de 2020, sendo que no período de abril/20 a março/21 acumulou a alta de 31,10%, ou seja, cinco vezes a inflação oficial de 6,10% medida pelo IPCA/IBGE.

Diante desse cenário e com o crescimento do home office, milhares de locações foram encerradas, aumentando a oferta de lojas, galpões, andares corridos e salas, resultando na redução dos valores. Por outro lado, inúmeros locatários com contratos de locação de longo prazo, que investiram luvas e em obras no imóvel para criar o "ponto comercial", se veem em dificuldade quando o locador não abre mão de aplicar o IGP-M integralmente.

Com o objetivo de solucionar esse impasse, a Câmara dos Deputados está analisando o Projeto de Lei 1.026/2021, que oferece uma solução que afronta o ato jurídico perfeito, pois ignora que os mais de 13 milhões de contratos de locação residenciais e 5 milhões comerciais estabelecem na sua maioria o IGP-M como índice de reajuste, o qual também reajusta os serviços públicos, dentre outros contratos. No Brasil, a lei não pode retroagir, ou seja, o PL está fadado ao insucesso por ferir Constituição Federal, o art. 5º, "XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

O PL 1.026/2021 estabelece que "O índice de reajuste previsto nos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do país medido pelo IPCA, ou outro que venha substituí-lo em caso de sua extinção.

É permitida a cobrança de valor acima do índice convencionado, desde que com anuência do locatário." O projeto afronta a lei do mercado, que hoje favorece os locatários.

Entretanto, seu autor parece desconhecer essa lógica, pois afirma que é defensor "da livre negociação, mas

também não pode deixar o lado mais fraco, no caso o locatário, à mercê das regras do mercado". Tal ideia ignora a realidade de que mais de 80% das locações geram renda para o locador que tem apenas um imóvel, sendo que o valor recebido serve como aposentadoria para pagar as despesas básicas desse proprietário que, muitas vezes, tem uma condição financeira inferior à do locatário, especialmente nos casos das locações comerciais.

O projeto é inócuo, pois o problema não é o IGP-M, que varia de tempos em tempos, sendo que em 2009 e 2017 ficou negativo e em 2011 e 2014 teve variação abaixo do IPCA.

Elaboramos a solução que consiste em eliminar o aumento que supere o valor de mercado e enviamos para o senador Carlos Viana. Basta autorizar a Ação Revisional de Aluguel de imediato, em decorrência da pandemia, com procedimentos rápidos para coibir o valor abusivo.

Em maio, nesta coluna, publicaremos o texto do projeto que eliminará qualquer desequilíbrio, estimulará a manutenção das locações e do investimento no setor com segurança jurídica, sem casuísmos que geram desconfiança com a "quebra de contratos" e a interferência nas relações privadas.

Kênio Pereira, Advogado e presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB-MG

Site: <http://digital.em.com.br/>